

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALLAN SANTIN GARCIA**

**OS MARXISMOS DAS FORÇAS PRODUTIVAS E DAS RELAÇÕES DE  
PRODUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES: ELEMENTOS PARA  
PENSAR A AUTOGESTÃO**

**Porto Alegre**

**2013**

**ALLAN SANTIN GARCIA**

**OS MARXISMOS DAS FORÇAS PRODUTIVAS E DAS RELAÇÕES DE  
PRODUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES: ELEMENTOS PARA  
PENSAR A AUTOGESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de  
Graduação em Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**Porto Alegre**

**2013**

**ALLAN SANTIN GARCIA**

**OS MARXISMOS DAS FORÇAS PRODUTIVAS E DAS RELAÇÕES DE  
PRODUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES: ELEMENTOS PARA  
PENSAR A AUTOGESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de  
Graduação em Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador  
UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Glaucia Campregher  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho  
UFRGS

Aos que não deixam de caminhar, mesmo  
o horizonte parecendo longínquo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Liane e a Haylla, pelo carinho, força e suporte ao longo de toda essa empreitada, e muito antes dela também. E ao Sílvio pela parceria, recente, mas cheia de significado.

À Cecília, companheira carinhosa, pela compreensão e, principalmente, por acreditar mesmo nos momentos em que nem eu acreditava mais. À Noeli e ao Paulo, pelo exemplo profissional e sincera consideração.

À gurizada, que aqui coloco como representantes: Roberto, Cristiano e Jonathas. Certamente, sem vocês eu não seria o que sou hoje, para o bem e, principalmente, para o mal.

Aos amigos: Kunzler, pela eterna parceria, Brose pelo mate e por tudo que o acompanha, David pela magia de dizer muito em pouco. Esses, infelizmente, levam a glória pelos muitos outros colegas que tive a felicidade (ou infelicidade, conforme o caso) de conhecer e conviver. Agradeço também ao Xiru's: nosso habitat, arena, púlpito, palco, escritório, biblioteca.

À Fernanda Valada, agradeço por facilitar a compreensão do abstrato conceito de amizade incondicional.

Ao Luam, por ser meu primeiro e único dirigente político.

Ao Martín, coordenador da setorial de gênero, pela camaradagem (em sua ampla polissemia) e por me trazer para o campo da economia solidária.

Ao Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais; palavras são dispensáveis quando se pode vivenciar um espaço efetivo de construção política coletiva. Agradeço a absolutamente todos que militaram e que ainda atuam, ombro a ombro, comigo no DAECA. Cada passo, atividade, reunião, disputa, debate, me deu possibilidade de crescer e aprender - por vezes mais que dentro dos frios muros de sala de aula - o meu lugar no mundo e o que fazer para transformá-lo. Minhas saudações também à sinuca, ao truco e, mais recentemente, ao pôquer.

Ao Movimento Estudantil geral, que me forjou na marra. Um *hasta la victoria* aos camaradas do Grupo de Trabalho Universidade Popular, técnicos, professores e colegas, que me possibilitaram vislumbrar e debater uma Universidade diferente, que se etérea em conceito, é material na luta, na resistência e na proposição de alternativas. Obrigado também pela pizza

do Magalhães.

Agradeço a oportunidade de ter conhecido, através dos diferentes locais em que atuei, as múltiplas realidades dentro da mesma universidade, sempre regido pela mesma relação precária de trabalho - a de bolsista - que, se parca em remuneração, é intensa em trabalho e experiência.

Ao Prof. Fernando, da Escola de Administração, que me permitiu enxergar, em diferentes formas de expressão, novos horizontes no “fazer ciência”.

Ao Núcleo de Economia Alternativa que foi a maior escola profissional que tive. Devo muito do que sou, como acadêmico, ao nosso trabalho coletivo – dos bolsistas-técnicos, dos técnicos-professores e dos professores-estudantes. A busca pela horizontalidade, a interdisciplinaridade, a solidariedade, a busca por alternativas, a extensão popular, a pesquisa engajada e o ensino crítico são lições indelévels de como construir, na prática, uma Universidade com e para os trabalhadores. Tenho a certeza que deixo, no NEA, mais do que contatos profissionais e políticos, deixo amigos que guardo com muito carinho. Um salve aos trabalhadores na luta da economia solidária e dos movimentos sociais: sem esse pessoal essa atuação e esse trabalho não fariam o menor sentido.

Ao pessoal da Incubadora Social da PUCRS, meu obrigado pela oportunidade e pela afetuosa acolhida. Espero realmente que possamos desenvolver um bom trabalho e ir conquistando mais espaço para a extensão popular.

E por último, e não menos importante, um agradecimento especial ao cara que aceitou a empreitada mais insana: a minha orientação. Marcelo, te devo uma.

## **RESUMO**

Esse trabalho tem por objetivo, a partir de uma interpretação marxista das relações de produção e de suas bases históricas e analíticas e sua discussão com o marxismo das forças produtivas, trazer a autogestão como processo de libertação dos trabalhadores, nos aspectos político e econômico. E abordar, especificamente, os debates recentes no Brasil sobre o título de “economia solidária”, enfatizando seus limites na esfera de enfrentamento às classes dominantes e à lógica do capital.

**Palavras-chave:** Relações de produção. Autogestão. Marxismo.

## **ABSTRACT**

This work aims, from a Marxist interpretation of the relations of production and their historical and analytical bases and their discussion with Marxism of the productive forces, bringing self-management as a process of liberation of workers in political and economic aspects. And addressing specifically the recent debates in Brazil namely "solidarity economy", emphasizing its limits in the sphere of confrontation to the dominant classes and the logic of capital.

**Keywords:** Production relations. Self-management. Marxism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>MARXISMO HETERODOXO: GÊNESE TEÓRICO-PRÁTICA.....</b>	<b>15</b>
2.1	DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS.....	15
2.2	UM MARX E DUAS INTERPRETAÇÕES.....	19
2.3	O MARXISMO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	22
2.4	MODELO PRODUTIVO DO MARXISMO ORTODOXO.....	27
2.5	ALIENAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA.....	30
<b>3</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E ALIENAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
3.1	AUTOGESTÃO COMO FERRAMENTA DE LUTA DOS TRABALHADORES.....	37
3.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: VISÕES SOBRE AUTOGESTÃO.....	48
3.3	MERCADO: FIM E IMPULSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....	53
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A expansão crescente da mercantilização da vida tem levado a humanidade a uma catástrofe sem precedentes, não apenas em termos econômicos e sociais, mas também no sentido mais amplo do que podemos chamar de espírito humano: criatividade, inventividade, subjetividade – tudo é passível de comercialização e apropriação.

Se Aldous Huxley e George Orwell tivessem se encontrado em algum *pub* inglês no início do século XX e, entre *pints* de cerveja *stout*, tivessem em algum momento discutido a sociedade futura, não teriam acertado, em dupla, com tanta exatidão o que se sucederia nos dias atuais como cada um conseguiu em sua respectiva obra. Em determinados momentos a Literatura tem capacidade de explicitar relações que as ciências sociais tem dificuldade. Eis portanto dois exemplos emblemáticos.

Certamente nunca fomos tão vigiados: os aparatos de vigilância se ampliam em toda as esferas, em espaços públicos e privados. O controle é a tônica, e vem se ampliando. No espaço de trabalho, parece lógico à figura do gestor que controle os movimentos e atitudes de seus trabalhadores, para fins de manutenção do processo produtivo e evitar perdas, permitindo o controle do processo de trabalho e de valorização potencializados pela mercantilização. O que tem se modificado e se ampliado é, porém, o controle subjetivo. Uma necessidade sistemática de obtenção de informação acerca de tudo e todos e que se amplifica com as conexões de internet, mídias sociais e afins, onde as pessoas são induzidas a passarem relatórios, *just in time*, de cada passo do seu dia. Sem falar das câmeras, microfones, satélites. Os recentes casos de espionagem são sintoma disso: o controle prescindiu da questão técnica, é apenas decisão política.

É claro que todo esse aparato tem um propósito. A manutenção de um regime baseado na acumulação ampliada do capital e como condição, a exploração dos trabalhadores enquanto classe, de maneira que o seu produto – a mais-valia – seja repartido pelos estamentos superiores das hierarquias: o Estado e a Empresa. E é essa a verticalidade do capital que aparece em 1984.

Mas não é apenas na via repressiva direta que o capital, como relação, atua. A via subjetiva, a anestesia, a apatia, enfim, a passividade da forma mercadoria são elementos de dominação do capital. A lógica desenfreada de mercantilização, onde as distinções se dão nos termos, não apenas do que se consome e em que quantidades, mas de como *é consumido*, ao mesmo tempo. Seu lugar na hierarquia dita o que se pode ou não fazer.

Quando a lógica da mercadoria é a dominante, a aparência é o fundamental. A produção massiva de mercadorias em termos culturais e materiais cria uma sociedade *admirável*: tudo é êxtase e espetáculo. É a própria indústria cultural.

E é nesse ponto que a metáfora do encontro casual entre os autores se solidifica: não há uma opção deliberada do capital pela imposição da hierarquia ou pelo enevoamento de suas relações fundamentais e contraditórias. Elas operam conjugadas, controlando o material – a capacidade efetiva do ser humano de produzir – e o subjetivo como capacidade humana de idealizar. Mas o óbvio (e por óbvio não quer se dizer que é simples) é que essa relação não é de causa e efeito, é *movimento*. O controle forja também o pensar enquanto a ação física molda a subjetividade. E o trabalho também é controlado subjetivamente pela forma mercadoria que assume e que busca as mesmas mercadorias enquanto resultados materiais, consumo.

Essa explanação ilustra, em algum aspecto, como as relações sociais de produção operam, a partir do controle objetivo e subjetivo. Portanto essas relações são foco de análise desse trabalho de conclusão de curso, pois elas são fruto das determinações do capital e ao mesmo tempo espaço de construção de novas relações.

Porém, o que escapa a ambos autores - Huxley e Orwell - se não é a capacidade de resistência, pois ambos os protagonistas de suas obras subvertem a nível individual a ordem imposta, é a capacidade, ou necessidade, de organização coletiva para a superação das relações sociais impostas pela lógica do capital.

E, ao fim e ao cabo, é justamente isto que vai ser tratado: a partir de um regime que é determinante e determinado pelas relações sociais de produção e pelo funcionamento das mesmas (e de várias outras mediações, em sentido amplo), há vias de superação da lógica do capital sem a construção de relações sociais novas? Quais as experiências, verificadas no Brasil, dessa tentativa de produção de novas relações? A economia solidária, como uma delas, apresenta possibilidades? E limites? Estas são as questões que o trabalho procura responder.

Realizaremos portanto, uma necessária retomada do marxismo heterodoxo como uma proposta de leitura de Marx, incluindo seus métodos de análise e fundamentos que contradizem uma leitura ortodoxa, leninista. Analisaremos também, de maneira mais ampla o mercado e a produção de mercadorias em termos de ambas as concepções derivadas de Marx. Também buscaremos descrever como elas se relacionam e permitem entender, sob diferentes formas, a burocratização.

Também é retomado, a partir da perspectiva da ação da classe trabalhadora, o conteúdo das experiências históricas que apresentam fundamentos semelhantes aos da economia solidária, e que, mesmo em diferentes contextos, buscam a ampliação da ação direta dos trabalhadores nas decisões econômicas e políticas.

Trilhando esse caminho chegaremos a um dos focos de nossa análise: a economia solidária como experiência de autogestão no período recente do Brasil. E, a partir do debate com autores que analisam esse fenômeno, estabelecer bases de diálogo entre suas posições, com o intuito de analisar a possibilidade de produção de novas relações dentro desse campo e seus limites, principalmente relacionados ao mercado capitalista.

Do ponto de vista metodológico, para realizar essas reflexões recorreu-se à análise bibliográfica para fins de construção do texto e também a experiência prática no campo da economia solidária, como extensionista no Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS e, mais recentemente, na Incubadora Social da PUCRS, onde foi possível vivenciar uma relação direta com os empreendimentos econômicos solidários em suas tentativas de busca de autonomia política e viabilidade econômica. Este movimento, em seus diferentes espaços de disputa, tem contribuição fundamental para essa análise, pois só a partir da possibilidade desse compartilhamento de saberes com quem vive esse processo cotidianamente, pode-se formular essa problemática de forma profunda. A experiência prática tem grande influência da metodologia com o qual o assunto é tratado. Assim, esse texto não visa conceber uma resposta definitiva para os problemas apontados e sim suscitar que essas questões possibilitem a ampliação da avaliação das experiências de (tentativas de) emancipação dos trabalhadores e de superação do capital.

O texto está dividido em dois capítulos e estes em sub-itens, sendo 5 no primeiro e 3 no segundo.

O primeiro capítulo introduz a ideia da análise marxista heterodoxa das relações de produção, sua análise do funcionamento do sistema capitalista e sua relação com as interpretações marxistas ortodoxas, buscando explicar suas consequências em termos teóricos e suas falhas em termos de aplicação e a partir disso, relacioná-la com os conceitos de mercado, capital e alienação.

Já o segundo capítulo estrutura primeiramente uma argumentação histórica, discorrendo sobre como se deu a evolução geral das lutas dos trabalhadores por autonomia nas sociedades dominadas pela lógica do capital. Traçando essa evolução chegamos no caso referido: a

economia solidária. Sob esse conceito, articulando críticas e conceituações, buscamos entender a economia solidária como um processo ativo e coletivo dos trabalhadores na busca por emancipação e seus limites nesse processo.

Por fim, a conclusão apresenta um apanhado geral das discussões e ressalta pontos de importância no trabalho, principalmente relacionados aos limites da economia solidária enquanto prática emancipatória.

## 2 MARXISMO HETERODOXO: GÊNESE TEÓRICO-PRÁTICA

### 2.1 DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS

Maurício Tragtemberg (1981) ilustra assim sua percepção acerca do que seria o marxismo heterodoxo:

“Definimos Marxismo Heterodoxo [como] uma leitura de Marx não regida pelos moldes “ortodoxos” definidos pelo chamado “marxismo-leninismo-stalinismo” ou “marxismo-leninismo-trotskyismo” que fundamentam as análises dos PCs [Partidos Comunistas] vinculados ao modelo da URSS”. (TRAGTEMBERG, 1981:7)

O marxismo heterodoxo, metodologicamente, diverge das leituras ditas tradicionais, como o leninismo e o trotskyismo principalmente pela forma como se superaria a contradição principal do modo de produção capitalista. Essa diferença aparecerá em diversos momentos, e cabe em certo sentido, a esse trabalho, demonstrá-las no campo da economia solidária. Essas diferenças surgem em termos de interpretação das teses de Marx numa perspectiva prática, no questionamento as posições interpretativas hegemônicas baseadas no leninismo dentro do campo da organização histórica da luta dos trabalhadores.

O marxismo heterodoxo questiona, em grande medida, a noção de partido único, de vanguarda e conceitos como o de ditadura do proletariado, dentro do campo político, e também suas consequências (efetivas e potenciais) no campo econômico. Questiona igualmente as relações de organização da produção e repartição do excedente nos diferentes modos de produção. Toma corpo em determinados setores da internacional comunista, principalmente após a revolução russa onde os bolcheviques tornaram-se também hegemônicos na organização.

Esse tipo de análise inicia-se a partir de discussões teóricas dentro da Internacional em torno das táticas a serem adotadas pelos partidos comunistas ao redor do mundo. Com a vitória da Revolução Bolchevique, as posições e táticas adotadas nesse processo em particular passam a ser transladadas como receitas de sucesso para os diferentes países. Lênin (1920) inicia assim o texto *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*:

“Nos primeiros meses que se seguiram à conquista do Poder político pelo proletariado na Rússia (25 de Outubro [7 de Novembro] de 1917) poder-se-ia acreditar que, em virtude das enormes diferenças existentes entre a Rússia atrasada e os países adiantados da Europa Ocidental, a revolução proletária nesses países seria muito pouco parecida com a nossa. Actualmente já possuímos uma experiência internacional bastante considerável, experiência que demonstra, com absoluta clareza, que alguns dos aspectos fundamentais da nossa revolução não têm apenas significado local, particularmente

nacional, russo, mas revestem-se, também, de significação internacional, E não me refiro à significação internacional no sentido amplo da palavra: não são apenas alguns, mas sim todos os aspectos fundamentais - e muitos secundários - da nossa revolução que têm significado internacional quanto à influência que exercem sobre todos os países.” (LÊNIN, 1920:1)

Além da crença de que a tática dos bolcheviques poderia ser adaptada em seus termos fundamentais aos processos revolucionários ocidentais, Lênin busca caracterizar as diversas táticas que levaram o povo russo (e o partido Bolchevique) a vitória na revolução de outubro, em oposição a posições “esquerdistas” e “irresponsáveis” adotadas por outras correntes políticas da Europa Ocidental. A argumentação de Lênin (1920) vai no sentido de buscar um entendimento, por parte dos diversos setores comunistas, da necessidade de ação parlamentar, buscando alianças com setores que poderiam ampliar as bases de ação das vanguardas dos partidos comunistas e também incentivando a ação dentro dos sindicatos, por mais reacionários que fossem (LÊNIN, 1920:16).

Em resposta a esse posicionamento, Herman Gorter (1981) desafia uma argumentação sobre as diferentes conjunturas apresentadas em cada país no período, criticando as posições de Lênin (1920), em relação a participação dos comunistas nos parlamentos, suas coalisões e, principalmente, diverge sobre a leitura conjuntural do dirigente russo:

“Como a tática na Europa Oriental e na Europa Ocidental poderia ser a mesma? A Rússia é um país preponderantemente agrícola e, com um capitalismo industrial apenas em parte altamente desenvolvido e tendo um peso muito pequeno em relação ao conjunto. Além disso, era alimentado em grande parte pelo capital estrangeiro. Na Europa Ocidental, sobretudo na Alemanha e na Inglaterra acontece precisamente o contrário.” (GORTER in. TRAGTEMBERG, 1981, pg.72)

Gorter (1981) segue seu raciocínio analisando os diferentes estágios de desenvolvimento que se encontram os países comparados e enfatiza as relações sociais de produção e condição material efetiva dos diversos segmentos dentro do contexto de cada nação:

“Na Rússia: resquícios enormes de servidão, camponeses pobres, classe média rural empobrecida. Entre nós [Europa Ocidental] relações dos próprios camponeses pobres com a produção moderna, transportes, técnica e comércio; classes médias da cidade e do campo – mesmo as camadas mais inferiores – em ligação direta com os grandes capitalistas.” (idem anterior)

Ao realizar essa análise, o autor refuta a proposta da Executiva de Moscou, pois em sua visão, há uma impossibilidade não só política, mas econômico-estrutural de o partido e suas bases proletárias aliarem-se a setores pretensamente progressistas no parlamento. Conclui com a proposição de que a ação parlamentar e sindical proposta é, como tática, “nefasta para o proletariado”(GORTER in. TRAGTEMBERG, 1981, pg.74).

Amadeo Bordiga (1981) e o setor “comunista abstencionista” também junta-se a essa crítica de Gorter, com o intuito de demonstrar que a ação parlamentar enquanto formato político imposto pelo sistema burguês e que não avançaria nas demandas plenas dos trabalhadores, onde esses passariam a ter que se contentar com vitórias pontuais. (BORDIGA in. TRAGTEMBERG, 1981, pg.181).

Essa leitura sobre um tema específico (a ação parlamentar e sindical no contexto do início do século XX) ilustra de onde partiram as divergências da linha oficial da III Internacional e que desaguariam na cisão teórica e consequente avaliação acerca da organização dos trabalhadores enquanto classe. Enquanto Lênin (1920), tendo como exemplo seu país, via a vanguarda do partido (“os operários mais evoluídos”) podendo aliar-se a outros setores para operar as transformações em prol dos trabalhadores, Gorter (1981) adverte que, no caso da Europa Ocidental, esse movimento torna-se cada vez mais difícil devido ao estado das relações sociais em um estágio mais avançado das forças produtivas. Esse aspecto das relações entre as classes e seus segmentos em cada contexto específico permeiam a análise crítica do marxismo heterodoxo.

Um outro elemento importante nesta discussão da superação do capitalismo se relaciona à organização produtiva e à repartição do valor produzido. Outro autor, Jan Waclav Makhaiski (1981) antecipa parte da discussão: questiona a capacidade de uma efetiva repartição equânime do produto nacional enquanto houver uma separação entre o trabalho intelectual e manual. Em um escrito datado de 1900 e intitulado “Socialismo de Estado” o autor busca demonstrar que não apenas os capitalistas e latifundiários beneficiam-se da apropriação do valor da produção, mas que também a casta burocrática (*intelligentsia*) tem um nível de vida semelhante ao das classes possuidoras e privilégios em relação à classe trabalhadora. Isto posto, o aumento da produtividade na produção de bens saláριο (e o consequente aumento da massa de mais-valia) seria o propulsor e finalidade dessa classe. Nesse primeiro momento de sua obra, Makhaiski (1981) foca sua crítica principalmente na social-democracia (notoriamente Rodbertus e Kautsky) e questiona o caráter da força intelectual, aqui compreendida como um setor social, em relação à estratégia da classe trabalhadora. Nesse sentido, sabendo-se que o lucro garante também a existência da *intelligentsia*, afirma:

“Na medida em que o proletariado tomar consciência [...] revelar-se-á essa força social que até aqui dissimulava sua natureza e esforçava-se em identificar-se com ele: a *intelligentsia*. O proletariado tomará consciência do fato de ter-se comportado com demasiada confiança para com essa força, que, certamente ataca com ele ao capital, mas persegue seus próprios fins.

Isto ocorre porque a luta intelectual exprime a exigência de uma partilha mais justa do lucro nacional em benefício da sociedade cultivada; partilha prejudicada por um punhado de plutocratas, de 'industriais feudais'". (MAKHAISKI in. TRAGTEMBERG, 1981:87).

Em *A Conspiração Operária*, de 1905, Makhaiski repisa essa temática colocando em termos ainda mais claros a relação da (re)produção de intelectuais. Segundo interpretação de Tragtemberg:

“Por suas funções de organização, o patrão obtém uma renda que partilha com seus auxiliares. Os patrões cessaram de organizar o trabalho dos operários, passaram a tarefa à *intelligentsia* assalariada, enquanto eles contentam-se em receber dividendos de suas ações”. (TRAGTEMBERG, 1981:78)

Com a ascensão dos bolcheviques ao poder, essas críticas passam a ser aplicadas também a eles. Nesse sentido, Makhaiski também polemiza com os dirigentes russos acerca das questões parlamentares, adotando uma posição semelhante a de Gorter, mas criticando a participação nos espaços dominados pela burguesia (e suas frações) porém com uma argumentação estruturada na crítica ao modelo de vanguarda e da representatividade. Nesse sentido, discorre acerca de como o 'Socialismo de Estado' implantado pela Revolução Vermelha pode incorrer nas mesmas falácias e erros que a social-democracia, apesar de seu viés notoriamente mais contudente, no sentido da tomada violenta de poder. Assim, Freire (2006) complementa:

“Makhaiski aposta na dinâmica revolucionária e apenas cuida de denunciar aqueles que a pretendem gerir ou aproveitar para os seus próprios fins. ‘As massas operárias devem conduzir, elas próprias, a sua revolução, apesar dos esforços de adormecimento dos socialistas. A revolução vai mais longe que todos os planos e problemas socialistas’. Por estas palavras poderia pensar-se que Makhaiski se identifica com os anarquistas, mas tal não sucede. De uma maneira geral, ele critica-os também, metendo-os no mesmo saco do 'velho socialismo'.” (FREIRE, 2006)

Ao questionar esses elementos, ainda estão por maturar diversas concepções acerca da concepção do marxismo heterodoxo, mas já podemos estabelecer alguns pontos de contato entre esses autores, principalmente no que tange o foco de sua análise: as relações internas entre as diferentes frações das classes sociais, tanto no sentido da organização da sociedade capitalista como na análise da superação desse sistema e as formas e ferramentas de que os trabalhadores podem prescindir ou não para levar adiante tal tarefa. Para debater essas ferramentas, podemos incluir também Anton Pannekoek. Defensor dos conselhos operários, constituiu campo de oposição às linhas de atuação dos bolcheviques. Em pleno diálogo com as proposições de Gorter e Makhaiski, Pannekoek (19??) consegue observar a formação, a

partir da vanguarda do partido, de uma nova classe dominante, direcionando sua crítica tanto aos gradualistas da social-democracia como ao que passou chamar de capitalismo estatal. Segundo Viana:

“Em *Lênin, Filósofo*, Pannekoek buscava analisar a filosofia leninista e demonstrou que o seu materialismo, oposto ao idealismo de Mach e Avenarius, exposto em *Materialismo e Empireocriticismo*, revela mais um fundamento do caráter semiburguês do bolchevismo, pois ele criticava estes autores com base no materialismo burguês, aquém do materialismo histórico.” (VIANA, 2005)

Assim, defendia a importância das organizações nooperárias s diferentes espaços de trabalho como mola propulsora da política revolucionária e também como ferramenta de construção da futura economia comunista. Ao colocar que “O problema fundamental, a base de tudo o resto, é a própria produção.” (PANNEKOEK, 19??) e que esta produção deve estar calcada na gestão democrática por parte dos trabalhadores e não numa burocracia estatal ou num planejamento central por parte de intelectuais (o caráter 'semi-burguês' do bolchevismo), abre-se um novo entendimento do que seriam as ferramentas de luta política dos trabalhadores e um novo escopo de análise, inclusive trazendo a lume uma leitura diferente da apregoadada pelo marxismo “oficial”. Este aspecto se mostra fundamental para entender o papel da economia solidária na construção de novas relações de produção e seus limites na contribuição para a superação do capitalismo.

## 2.2 UM MARX E DUAS INTERPRETAÇÕES

Essa interpretação é construída a partir da contribuição histórica desses autores e de outros que problematizaram, a seu tempo, uma miríade de questões em relação aos processos de organização da classe trabalhadora e da crítica às decisões políticas e econômicas tomadas nos países pós-capitalistas. Portanto, o que seria a efetiva cisão entre o marxismo ortodoxo e o heterodoxo? Dado que o entendimento que cada uma dessas visões tem do sistema capitalista estaria baseado, por óbvio, nas teses de Karl Marx, iniciaremos uma breve tentativa de conceituação a partir desse autor. Para tanto o clássico *Contribuição à Crítica da Economia Política* faz-se elucidativo:

“na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas

forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.” (MARX, 1859:17)

Assim sendo, temos uma antítese clara entre dois conceitos, o das *forças produtivas* e o das *relações sociais de produção*, não só no sentido teórico expressado pelo autor como em um sentido prático: de que maneira a economia capitalista, permeada por múltiplas contradições, se tornaria obsoleta?. Primeiramente, Bottomore (2001) sugere que:

“O conceito de forças produtivas, em Marx, abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento de maquinaria e outras modificações no processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado”. (BOTTOMORE, 2001:157)

Segundo João Bernardo (1991), o marxismo ortodoxo concentra-se nas teses onde Marx centra sua análise no desenvolvimento das forças produtivas enquanto meio de superação das contradições do capitalismo rumo a sociedade socialista. Ou seja, ao articular os elementos contraditórios do modo de produção capitalista, quais sejam, a anarquia do mercado com sua livre-concorrência e o espaço fabril como planejado e rígido, seria este último, através do seu desenvolvimento em diversas dimensões (tecnológica, locacional, organizacional) o passo à frente rumo a superação do modo de produção em voga (BERNARDO, 1991:310). Além disso, o autor ressalta que, através dos mecanismos de centralização e concentração do capital e do crédito, o planejamento se expandiria e, como esse desenvolvimento contém potencialmente a própria transformação, superar-se-ia o processo de desorganização imposto pelo mercado.

Nesse aspecto, portanto, o marxismo das forças produtivas (ou ortodoxo) concentra-se na explicação do desenvolvimento dessas forças, seu estágio atual, e não como o processo de extorsão de mais valia o fez desenvolver-se de tal maneira. Ao neutralizar a questão tecnológica da produção, negam, em certo aspecto, o papel das relações de classe enquanto germe da transformação. Assim o desenvolvimento das forças produtivas retira a lei do valor do interior do processo contraditório e transporta-a para a esfera de mercado, transformando a mais valia em questão alheia a tecnologia. (BERNARDO, 1991:311). Nesse ponto desloca-se a questão do valor (e conseqüentemente da mais-valia) de seu aspecto produtivo direto (como a força de trabalho é organizada e em que sentido) para a relação de como esse valor se realiza no mercado para, só aí, adquirir seu caráter social. Desta forma, o problema econômico encontrar-se-ia principalmente na distribuição: consistiria em analisar, em sua principal

acepção, como o valor produzido é apropriado pelas diferentes classes sociais e setores da sociedade e em que medida ele é repartido entre esses segmentos. Assim, ao fim e ao cabo, acaba-se analisando como os rendimentos são repartidos e que ferramentas usar (maior ou menor intervenção estatal, por exemplo) para que essa divisão consista em maior equidade, o que acaba transformando, e, de alguma forma, reduzindo, o papel da luta de classes (como conceito analítico) a uma questão de conflito distributivo, puramente econômica.

Assim, Bernardo (1991) critica o marxismo das forças produtivas colocando que, com a proposição de que as forças produtivas capitalistas seriam o ponto de inflexão rumo a um novo modo de produção, esses autores estariam colocando o socialismo em bases de reprodução capitalista, subordinado-o a relação de produção de mais-valia para seu desenvolvimento (BERNARDO, 1991:311).

Segundo o autor, o desenvolvimento das forças produtivas é, em si, fruto material e social da luta de classes dentro de um determinado sistema econômico. Assim o sendo, não pode ser encarado com neutralidade na análise marxista: é o espaço de trabalho o *locus* da exploração da mais-valia e é o desenvolvimento de ferramentas de produção e organização que definem o caráter e o nível dessa exploração.

Além disso a tecnologia não pode ser deslocada de seu tempo histórico: o certo é que determinadas técnicas podem vir a ser utilizadas em uma estrutura produtiva posterior, mas sempre de maneira pontual, localizada. A tecnologia como conjunto global das técnicas de um período não pode sustentar, sem nenhuma alteração, um modo de produção posterior. Segundo João Bernardo:

“cada técnica não é uma forma estagnada e definitivamente fixada, mas caracteriza-se precisamente pela evolução e pelas mudanças que sofre, no interior das transformações globais do sistema tecnológico em que se integra. Isolada do sistema, torna-se um fóssil. Uma técnica, como qualquer outra relação social, é definida apenas pelo sistema – um ou outro – em que ocupa um lugar. (BERNARDO, 1991, pg. 312)

Essa organização fabril traz consigo a necessidade de um aparato cada vez maior para supervisionar e gerir os processos produtivos. Assim a expansão da empresa como modelo de organização necessita da expansão da *intelligentsia*, classificada por Bernardo (1991) como “classe gestora” e o objetivo indicado pelo modelo teórico marxista ortodoxo corresponde à vitória – seja com maior ou menor radicalidade – dos gestores dentro do próprio sistema capitalista, seja colocando em termos da social-democracia, seja em termos, do capitalismo de estado, como argumenta Pannekoek.

Por outro lado, o marxismo heterodoxo, como tese concorrente, encerra a produção do valor, ou seja, a exploração da mais-valia, no centro de sua análise. As relações sociais de produção dentro do sistema passam a ter a preponderante função de impulsionar ou transformar as forças produtivas, seu desenvolvimento e absorção por parte do capitalismo.

### 2.3 O MARXISMO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

As relações sociais expõem a forma e o momento em que o valor é acrescido pela força de trabalho no processo produtivo, tanto em termos da relação com a natureza do trabalho como em termos da articulação com o todo sistêmico. Essas relações baseadas na exploração da mais-valia são desde o início contraditórias e que só podem ser observadas em termos dos conflitos que se soerguem dessas contradições. Assim João Bernardo (1991) ressalva:

“como é apenas enquanto lutam contra a exploração que os trabalhadores afirmam seu antagonismo a este sistema econômico, o agente da passagem ao novo modo de produção serão os explorados em luta. Em resumo, é na contradição fundamental que atravessa as relações sociais de produção e que constitui a classe trabalhadora, em conflito contra o capital, como base da passagem ao socialismo, que esta corrente do marxismo encontra resposta à problemática que agora nos ocupa. Por isso lhe chamo, simplificaradamente *marxismo das relações de produção*.” (BERNARDO, 1991, pg 315).

João Bernardo, partindo das análises de Marx, afirma que:

“É a ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência, pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos incorporados. Esta defasagem exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e de seu consumo.” (BERNARDO, 1991, pg. 61)

Ou seja, a mesma força de trabalho que possui a capacidade de acrescentar valor mediante a produção de mercadorias, também pode alocar-se de maneira antitética: a luta dos trabalhadores em suas diversas formas também é trabalho, entendida como capacidade de ação.

Assim se tornam, na perspectiva das relações sociais de produção, inseparáveis as dimensões políticas e econômicas da organização da classe trabalhadora: o espaço político corresponde ao produtivo pois a capacidade produtiva é pois, sua capacidade de ação, de resistência. E é nesse conflito permanente entre a imposição das relações do capital para a produção contínua de valor (e mais-valia) e capacidade de rebelar-se contra essas relações que

o desenvolvimento do capitalismo e, de maneira dialética, podem forjar-se novas forças produtivas ou reforçar o estágio de desenvolvimento já existente.

Diferentemente do modelo marxista ortodoxo, onde o desenvolvimento das forças produtivas daria espaço a novas relações sociais, e esse desenvolvimento se dá mediante a um planejamento e organização técnica dentro do espaço de trabalho, o modelo aqui exposto condiciona os novos estágios do desenvolvimento justamente à contradição na produção da mais-valia. Quando os trabalhadores põe-se a reivindicar, tanto melhores condições de trabalho, quanto salários mais elevados ou até a ampliação de direitos sociais, há dois caminhos possíveis para os capitalistas. Eles podem recorrer a repressão direta, quando as manifestações aparecem de forma concentrada, ou recorrer a ferramentas de controle e vigilância, quando estas aparecem de maneira difusa<sup>1</sup>. Para João Bernardo (1991), em termos de custos, a repressão direta pode: “ser feita sem custos muito mais elevados que os habitualmente decorrentes das forças repressivas e qualquer país dispões de um complexo de forças repressivas capazes de fazê-la” (BERNARDO, 1991, pg. 65).

Ou seja, o aparato repressivo possui um custo baixo de ativação, haja visto que o Estado o possui em estoque, mesmo em tempos de paz relativa. Mas quando a reação dos trabalhadores é difusa, “quando o trabalhador se desinteressa, quando finge trabalhar mas trabalha menos, quando sabota” (idem anterior), o custo unitário de produção aumenta substancialmente, pois nesse ponto são necessários novos equipamentos de vigilância e controle, câmeras, pontos eletrônicos além de pessoal mais ou menos especializados para realizar essas tarefas e a manutenção dos equipamentos. Isso acarreta, em termos práticos ao capitalista uma maior proporção de capital para cada trabalhador produtivo, ligado diretamente à produção, até que esses custos se tornem proibitivos.

Outra estratégia que pode ser usada pelos capitalistas é a cedência: ao aceitarem, em todo ou em parte, as propostas dos trabalhadores, isso também tem desdobramentos. Primeiramente há uma redução no total da mais-valia, haja visto que essas reivindicações, em seus diferentes termos, visam aumento de salário. Isso modifica a estrutura de custos do capitalista, que passa a demitir ou buscar outras estratégias, ao mesmo tempo que introduz novas tecnologias para aumento de produtividade, tanto em termos de ferramenta, como em termos de gestão. Como consequência gera um volume final de mercadorias maior que antes e que agrega, individualmente, menor valor, com a mesma jornada de trabalho (BERNARDO,

---

<sup>1</sup>Conforme explanado anteriormente nos termos de Huxley e Orwell.

1991,pg.67). Assim conclui o autor:

“o mecanismo da resposta capitalistas às reivindicações de tipo *a* [que procura aumentar a qualidade dos *inputs* na força de trabalho] consiste em fazer com que o tempo de trabalho incorporado nas unidades dos bens de consumo dos trabalhadores se reduza mais do que aumenta seu consumo físico. É este o modo por que o nível de consumo que em cada época e região é considerado necessário se define, social e historicamente, como um resultado de lutas e não em virtude do estágio técnico, nem das características dos produtos existentes. Pelo contrário, esse estágio e essas características é que, como consequência, dos mecanismos de acréscimo da produtividade, resultam das pressões sociais.” (BERNARDO, 1991, pg. 68)

O efeito econômico desse mecanismo é que, do ponto de vista dos capitalistas, pode-se ampliar o acesso dos trabalhadores a bens de salário, ou seja, prover-lhes melhores condições de vida desde que o valor incorporado aos insumos da reprodução da força de trabalho não sejam maiores do que a massa de mais-valia produzida a partir dos aumentos de produtividade. Nesse sentido, explicita-se como a produção de mais-valia relativa, enquanto relação, é fator de impulso à dinâmica do desenvolvimento capitalista.

Quando as mobilizações ocorrem por conta da necessidade de redução da jornada de trabalho, o processo se dá de maneira semelhante, mas sem uma relação tão direta com o setor que produz os bens de consumo dos trabalhadores. Ou seja, como os capitalistas detêm a capacidade de organização da produção, antecipam-se, em certo aspecto, a essas reivindicações e introduzem novas formas de gestão e novas tecnologias.

“E é este o processo de aumento da produtividade que serve aos capitalistas de padrão para avaliarem qual o tipo de progresso que consideram positivo e recusarem as demais alternativas e transformação histórica. No capitalismo, as lutas sociais não pautam apenas o desenvolvimento da tecnologia e o seu ritmo; elas também impõe a definição do sentido desse desenvolvimento, aparecendo o progresso como sinônimo do aumento de produtividade.” (BERNARDO, 1991:69)

Em um sentido dialético, esses processos de reivindicação e neutralização ocorrem em termos de causa e efeito em cada unidade produtiva, planta ou empresa. E também num movimento entre as classes, em termos sistêmicos, de produção de mais-valia, contestação e aprimoramento, onde os capitalistas procuram antecipar as ações dos trabalhadores, modificando a produção tecnológica dentro do sistema do capital.

Uma das ferramentas que foram desenvolvidas nesse processo é a gestão de conflitos, ou seja, evitar ao máximo que a situação permanente de tensão na relação capital-trabalho se torne uma luta aberta. Segundo João Bernardo (1991):

“Hoje, a distinção entre sindicatos independentes que depois se burocratizaram, sindicatos de empresa diretamente fundados sob a égide do patronato e qualquer das várias formas assumidas nas empresas pelo departamento de pessoal refere-se exclusivamente às origens e ao processo de desenvolvimento histórico. [...] Nos tempos que correm, a fusão operou-se já numa função exclusiva e comum: a de, justamente com o patronato restante, organizarem o desenvolvimento da mais-valia relativa de maneira a prevenir a eclosão de conflitos e até poupar a necessidade de sessões formais de negociação.” (BERNARDO, 1991:78)

Esse movimento também é visível no modelo soviético, onde também a produção estava sob controle, tendo seus conflitos mediados pelo Estado que incorporou os instrumentos de aumento da produtividade e os critérios para sua repartição. Se no capitalismo liberal, os capitalistas incorporam os gestores como parte do processo, nas experiências pós capitalistas os gestores se autonomizam enquanto classe.

Em termos mais gerais, João Bernardo (1991) caracteriza os burgueses como classe ao possuírem a propriedade privada e o subsequente controle sobre as unidades de produção individualizadas. Já os gestores seriam os controladores do capital coletivo: sua propriedade está na capacidade de orquestrar, em termos da acumulação capitalista, interesses difusos, em relação a um processo global de valorização. Nas palavras do próprio autor essas classes distinguem-se:

“a)pelas funções que desempenham no modo de produção e, por conseguinte; b)pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; c)pelas suas diferentes origens históricas; d)pelos seus diferentes desenvolvimentos históricos.” (BERNARDO, 1991:203)

Assim, cada indivíduo pertencente à burguesia, enquanto classe econômica, detêm sob a insígnia da propriedade empresas ou parcelas determinadas de empresas, transmissíveis, em termos hereditários, pela superestrutura jurídica. Assim projeta-se a “necessária ficção jurídica” (BERNARDO, 1991, pg. 205). A relação econômica privada torna necessário um aparelho superestrutural para garanti-la. Esse aparelho, além do arcabouço legal, é constituído pela premissa ideológica da concorrência livre e da homogeneidade do mercado, onde o capitalista em questão apropria-se do rendimento derivado de sua atividade específica, de sua planta ou empresa.

Porém, em termos das relações sociais de produção, o capitalista em questão não se apropria apenas do valor circunscrito a sua esfera de propriedade; apropria-se também de uma parcela do total da mais-valia produzida globalmente pela força de trabalho e está em disputa permanente por ampliar essa parcela. Retomando a ideia do desenvolvimento tecnológico pela assimilação, em termos da produção da mais-valia relativa, das demandas dos trabalhadores, o

autor esclarece como um capitalista individual pode apropriar-se do valor de seus concorrentes:

“o processo pelo qual os capitalistas da empresa inovadora obtêm um sobrelucro e tendem a expandir o lugar que ocupam no mercado é o mesmo que o processo pelo qual se desvaloriza tanto o trabalho morto como os resultados do trabalho vivo, nas empresas menos produtivas. É precisamente nesta parte de valor não aproveitada pelos capitalistas retrógrados que tem origem o sobrelucro de que se beneficiam os capitalistas inovadores.” (BERNARDO, 1991:221)

Assim, pelo mecanismo da concorrência os capitalistas particulares se apropriam do valor de outros, demonstrando que não é apenas pelas mercadorias produzidas em cada unidade de produção de cada proprietário que se compreende o total do valor apropriado, mas sim na relação de atrito intercapitalista, quando subdivide-se parte desse produto, no contexto da relação de exploração de uma classe sobre a outra. Conforme, torna-se ficção a forma jurídica apresentada, em termos de propriedade individual de cada capitalista, pois sua apropriação, em termos do valor pode ser maior ou menor que a quantidade de mercadorias que a firma individual produz.

Já a classe gestora desenvolveu “formas integradas de propriedade do capital” que não são particularizadas ou individuais, mas articulam e permitem a apropriação do valor por um determinado coletivo de gestores. (BERNARDO, 1991, pg. 205-206) A forma aparente que se apresenta, ao conjunto dos trabalhadores é a forma de não propriedade, ou propriedade coletiva, mas que em essência, consiste em patrimônio acumulável pelos gestores. Em termos atuais, poderíamos colocar exemplos de fundos de pensão de funcionários, públicos ou privados, onde gestores são remunerados em uma forma análoga ao salário, porém colocam esse trabalho apropriado (o fundo em si) a serviço da própria lógica de acumulação e recebem outras formas de remuneração a partir disso, bônus, prêmios, por exemplo, que consistem num processo de valorização capitalista e são fruto do valor expropriado dos trabalhadores.

Por essas diferenças de forma e conteúdo, ambas as classes tem relações superestruturais diversas entre si: do ponto de vista ideológico, que é refletida em seu campo de atuação político, os burgueses enquanto proprietários individuais do capital, calcam aí seu imaginário: no individualismo e no mito do livre mercado. Já os gestores, pelo seu caráter coletivo de apropriação, concebem o planejamento econômico. Porém, diferente do que nos fazem conceber os manuais de economia, esses comportamentos não se constituem como antítese fundamental, mas sim como complementos:

“os gestores convertem ideologicamente a planificação, de negação efetiva do mito da livre-concorrência, em negação mítica do próprio mercado. Nestes termos a planificação é um mito porque ela consiste precisamente no mercado planificado. A planificação não ultrapassa nem põe em causa o mercado e, pelo contrário, constitui a própria forma de seu desenvolvimento.” (BERNARDO, 1991:207)

Assim, o planejamento central burocratizado, apregoado pelo marxismo ortodoxo, é a ultrapassagem, em termos de apropriação, dos gestores sobre os burgueses, sendo a alternativa mais radical das diversas combinações que podem advir dessas duas classes.

Questionando tanto o ponto de partida metodológico - o mercado como espaço social de reconhecimento mútuo dos diferentes trabalhos - como seus desdobramentos práticos, o marxismo das relações de produção, campo de análise crítica às instituições concentradoras de poder, e que se beneficiam material e politicamente da exploração do trabalho alheio, tanto dentro da classe burguesa quanto dos gestores, em termos mais específicos, oriundos da burocracia empresarial e também dos próprios espaços organizativos dos trabalhadores, como sindicatos e partidos. O marxismo heterodoxo visa a crítica a esse modelo e suas derivações em termos de organização econômica, cuja qual é discutida posteriormente nesse trabalho.

#### 2.4 O MODELO PRODUTIVO E POLÍTICO DO MARXISMO ORTODOXO

Maurício Tragtemberg (2006) traça a evolução do poder burocrático através dos tempos, perpassando diversos modos de produção e centrando sua análise no aparelho de Estado. Ao tecer sua crítica ao modelo implantado na URSS argumenta que:

“O Partido *unifica* as burocracias setoriais, é elemento de equilíbrio na luta entre os clãs interburocráticos, por sua *mediação* a sociedade se *politiza*, ele realiza fusão do Estado com a sociedade civil. A burocracia na medida em que se constitui como classe *dominante*, fica na dependência da *unificação* por intermédio da atividade política do partido.” TRAGTEMBERG, 2006:236. (grifos do original)

Ou seja, o partido, mesmo apresentando-se como ferramenta para uma estratégia de emancipação dos trabalhadores, na organização de sua economia, aprofunda o processo de exploração. O planejamento rígido e a centralização de poder, ao mesmo tempo que introduzem uma percepção de pertencimento coletivo, de necessidade de participação dentro do regime, aprofundam a divisão entre quem realiza as tomadas de decisão econômicas e políticas e quem deveria *efetivamente* realizá-las. Implanta-se um modelo econômico em que

o papel dos trabalhadores passa a ser referendar sua própria exploração pois é o Estado (e, em última estância, o partido) o intermediário das novas relações sociais que deveriam estar em processo de construção, Desta forma:

“Fundamentalmente, o significado da propriedade do Estado depende das relações sociais existentes entre ele e os trabalhadores. Se ele é dominado por um corpo de funcionários, escapando do controle dos trabalhadores, é o corpo de funcionários e administradores que detém o controle dos meios de produção, dispondo do excedente econômico, conforme suas normas, com papel dominante no mercado e na imposição de critérios de rentabilidade” (TRAGTEMBERG, 2006:240)

Assim o modelo de organização social proposto a partir dos moldes leninistas confirma-se em um novo espectro de capacidades, desenvolvidas dentro do escopo da luta dos trabalhadores, introjetadas ao capital para fins de acumulação, colocando o excedente produzido, que pode, a partir do conceito de capitalismo de Estado, se assumir como mais-valia apropriada por uma classe em termos da exploração do trabalho de outra. Assim, para Tragtemberg, a burocracia - ou a classe gestora, em termos de João Bernardo - realiza a função de “acumulação exercida enquanto agente do capital social” (idem anterior).

O aparato do Estado organiza, projeta e controla o fluxo e a celeridade do trabalho tanto em termos microeconômicos, em cada unidade produtiva e setor, como em termos macroeconômicos, de produto social ou valor produzido. Podemos então inferir que a lógica de organização política que é determinada a partir da leitura do marxismo ortodoxo, reflete-se em um modelo econômico, ou mais, em uma concepção de organização da economia, que não supera, ao fim ao cabo, o distanciamento ou afastamento deliberado dos trabalhadores em termos das tomadas de decisão econômica e da sua capacidade de ação política direta na sociedade e, antes de tudo, em seu local de trabalho.

Desta forma, como coloca Meszáros (2011), o modelo soviético mostra-se como pós-capitalista, buscando superar a contradição fundamental entre burguesia e trabalhadores, mas não pós-capital. A lógica de acumulação mantém-se a partir a partir de uma mudança, uma passagem da extração direta de mais-valia por parte de cada capitalista para uma situação de “extração do trabalho excedente imposto e controlado sob o sistema do capital pós-capitalista”. (MESZÁROS, 2011, pg.709), pois, para o mesmo autor:

“A condição crucial par a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado

sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis - deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.” MESZÁROS, 2011:710

Assim, o modelo político do marxismo das forças produtivas corresponde não a uma superação do modo de produção orientado pelo capital, mas sim uma “forma mutante de controle do capital” (Meszáros, 2011), orientada pela burocracia do partido que alça-se a condição de Estado. Por isso a necessidade de uma estratégia de tomada de poder estatal e que acaba tornando incompreensível a esses segmentos a auto-organização dos trabalhadores em seu próprio espaço de trabalho, tanto no sentido político de suas reivindicações – que devem estar em alinhamento às do partido, ou plenamente incorporadas ao programa de governo, no caso do capitalismo de Estado - como no sentido técnico da organização da produção, que deve estar subordinada à *intelligentsia*, à burocracia, enfim, aos gestores. Ao descolar do âmbito coletivo a esfera de decisão política, transfere-se rumo ao topo da hierarquia também a decisão econômica, impedindo substantivamente a auto-organização dos trabalhadores e a passagem a um modo de produção melhor e a criação de novas relações sociais de produção, solidárias e diretas entre os trabalhadores, sem a mediação do capital e do Estado, em seus diferentes formatos.

Por óbvio esse não é um privilégio apenas do capitalismo de estado: no capitalismo liberal a burocracia, ou a classe gestora, é assimilada pela burguesia, o que implica a diminuição (se não a desaparecimento) da figura do capitalista que controla diretamente a produção. Camadas de administradores, chefias, gerências (inclusos aí os próprios economistas) e assalariados 'personificam o capital' em termos da organização da produção, muitas vezes recebendo rendimentos que permite-os um padrão de vida elevado, deixando como função aos capitalistas apenas o desfrute dos lucros.

Ao nos depararmos com a separação dos trabalhadores, nos diferentes modelos de sociedade regidos pela lógica do capital, em relação ao processo organizativo da produção, a burocracia, para Tragtemberg (2006):

“age antiteticamente: de um lado responde a sociedade de massas e convida a *participação* de todos, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a *alienação de todos*, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política.” (TRAGTEMBERG, 2006:236)

Destarte, cumpre-se o papel de manter as relações sociais de produção, com sua dimensão política velada sob o viés democrático, ou popular, do regime e mantém-se a organização

produtiva sob o véu da alienação dos trabalhadores. Nesse sentido podemos observar diversas formas ou dimensões da alienação nos diferentes contextos.

## 2.5 ALIENAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA

Nas sociedades dominadas pelo capital, em consequência da separação do trabalhador dos seus meios de produção é necessária a construção de uma racionalidade burocrática para organização da produção, de maneira que poucos possam comandar o trabalho de muitos. Esses poucos homens, ao deterem a propriedade destes bens de maneira privada, ou o controle a partir do domínio político do Estado enquanto mediador, passam a ter a possibilidade de se apropriar da riqueza do trabalho de outrem, desde que possam organizá-los externamente à classe trabalhadora: passam, então, a personificar o capital

Com o desenvolvimento deste modo capitalista de produção, em suas diferentes modalidades, a perversão da atividade vital humana se dá de tal forma que o trabalhador se torna “servo” do produto de seu próprio trabalho, além de não ter mais a possibilidade de escolher o que vai fazer, aonde vai fazer, com quem vai fazer, sendo impedido material e politicamente de organizar sua própria atividade produtiva, o que transforma a atividade laboral em algo penoso, desgastante, que em vez de ser a efetivação do gênero humano, é sua desefetivação.

Este processo de alienação é possível também porque o próprio processo de trabalho se torna alienável, obrigando o trabalhador a vender sua atividade vital – sua capacidade ou força de trabalho – como uma mercadoria, e submetendo, destarte, toda a sua qualidade aos interesses do contratante. A alienação, como um processo múltiplo, aparece quando o trabalhador coloca a sua vida no objeto, mas ele não lhe pertence. O fruto de seu trabalho se transforma em algo autônomo, independente dele, e que se confronta com ele como algo estranho e hostil, o que caracteriza o capitalismo como um mundo onde sujeito e objeto estão invertidos, um mundo em que os indivíduos estão sujeitados e dominados pela sua própria produção. Nesse sentido, alienação significa perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2011).

Esse controle perdido, refere-se a capacidade do capitalista de converter não só os frutos do trabalho mas a capacidade laborativa dos próprios trabalhadores em termos de mercadoria.

Nesse sentido, em termos mais gerais, só se pode pensar na superação do capital como relação básica sob o qual ergue-se a sociabilidade moderna se houver uma opção coletiva dos trabalhadores. Esta opção deve garantir a eles não serem, enquanto proprietários de sua força de trabalho, e não produzirem, mercadorias: não terem sua produção e reprodução orientadas pela necessidade de realização no mercado, apresentando valor de troca. Nesse sentido buscaremos explicar como a relação com o mercado desenvolve e se relaciona com as diferentes dimensões da alienação dentro do modelo de acumulação capitalista.

Karl Polanyi (1980), ao apresentar uma perspectiva inovadora de formulação histórica e social dos mercados (ou do mercado 'auto-regulável') passa a desmistificar sua criação, não os interpreta como erupção espontânea devido ao desenvolvimento humano (algo como uma da propensão *natural* do ser humano a realizar trocas):

“Nenhuma sociedade poderia sobreviver, a qualquer tempo, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que, anteriormente a nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século dezenove, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.” (POLANYI,1980:59)

Assim o autor discorre, em capítulo posterior, acerca da necessidade de ação estatal no período pré-revolução industrial para salvaguardar os mercados que, até esse momento eram bastante regulados:

“não havia diferença entre mercantilistas e feudelistas, entre planejadores coroados e interesses investidos, entre burocratas centralizadores e particularistas conservadores. Eles discordavam apenas quanto aos métodos de regulamentação: as guildas, as cidades e as províncias apelavam para a força dos costumes e da tradição, enquanto a nova autoridade estatal favorecia o estatuto e as leis. Todos eles, porém eram avessos à ideia da comercialização do trabalho e da terra – a precondição da economia de mercado.” (POLANYI, 1980:83)

O que vislumbramos, portanto, em maior ou menor grau ao longo da história humana é a submissão da produção às vontades constituídas a partir das relações de poder e de seus aspectos sócio-históricos sendo esses não necessariamente determinados pelas forças de mercado. Economia e política andam sempre relacionadas: não há uma plena autonomia de um aspecto em, relação ao outro, muito menos em termos de mercados, pois estes também estão e foram criados sob ordens de alguém.

Com a Revolução Industrial e a conseqüente formatação das relações sociais em moldes

bem aproximados aos quais visualizamos hoje, o mercado 'auto-regulável' tornou-se meio e fim para a reprodução ampliada do capital. Meio por ser a ferramenta de busca do capitalista, através do sistema de preços, de meios de produção. E fim por ser a essa instituição, nos termos de Polanyi, o alvo da produção orquestrada pelas classes dominantes. Nesse sentido, a primeira dimensão da alienação se coloca em relação ao mercado: é através desse mecanismo que os possuidores dos meios de produção mantêm-se, como classe, ao longo do tempo, haja visto a impossibilidade de, pelo sistema de preços, os trabalhadores, enquanto classe, adquirirem meios de produção. Assim, alienados da condição de proprietários dos meios de produção, os trabalhadores são alijados do próprio processo de organização do seu trabalho, o qual, sob as diversas formas de capitalismo, foram percorridos ao longo do texto.

A segunda dimensão da alienação remete aos fins, ou seja o produto do processo produtivo: as mercadorias. Por seu próprio conceito, Marx (2006) discorre sobre a mercadoria em termos de duas dimensões antitéticas: o valor de uso e o valor de troca. O primeiro é ontológico no sentido da produção humana, é a realização do homem enquanto tal, capaz de acrescer trabalho, modificar a natureza e os objetos ao seu redor para satisfazer suas necessidades. O segundo advém de uma característica comparativa: por possuírem a mesma gênese (o trabalho humano abstrato), podem ser comparados e trocados. (MARX, 2006, pg. 57 – 60).

Essa dimensão da troca, da comparação, é o que dá base para a orientação mercadológica da produção de mercadorias. Os capitalistas, ao disporem de fatores de produção e organizarem sua organização, o fazem observando os frutos dessa produção em comparação com os outros, em termos de unidades monetárias. Ao fim e ao cabo, os capitalistas orientam-se em termos de rentabilidade e de realização dessa produção no mercado e não necessariamente para o abastecimento satisfatório da sociedade em termos de valores de uso. Segundo Meszáros (2011):

“Nem o capitalista individual estaria interessado em necessidade e uso, sobre os quais ele não tem nenhum controle, já que não tem garantia de encontrar, no domínio misterioso regido pela 'mão invisível', a 'demanda efetiva' e a capacidade de consumo *capitalisticamente legitimadas* equivalentes a suas próprias mercadorias. Muito menos tem ele qualquer meio de determinar o uso ao qual o produto social na sua inteireza deve ser destinado.” (MESZÁROS, 2011:620)

O capital num sistema estatal e em termos mais gerais, também dá essa orientação a sua produção, haja visto que não são os trabalhadores a decidir o que será produzido e em que quantidade, mas sim o Estado como mediador das relações sociais e como tomador de decisão. O Estado, então, ao mediar as relações de trabalho, mesmo possuindo elementos oriundos da

classe trabalhadora, aparta dela a decisão econômica fundamental sobre o processo de trabalho..

Também destaca-se sempre o aumento da produtividade sob esse tipo de regime, sendo esse fato decorrente de um incessante aprofundamento da necessidade ampliada de mercadorias, tanto para circulação nacional como para exportação. Em termos da expansão do excedente amplia-se a mais-valia relativa, depreendida tanto em termos de expansão dessa produtividade, que é orientada pela produção de mercadorias, como em termos de achatamento do trabalho socialmente necessário na produção dos bens que compõem os meios de subsistência dos trabalhadores. Através desse aumento da produtividade nacional, herança do conceito de nação atrelado a tomada de poder político do Estado pelo partido, ligam-se esses regimes à circulação global de mercadorias através da exportação. Ou seja, caso o regime não se oriente necessariamente pelo sistema nacional de preços, por não haver concorrência interna, ou um patamar de produtividade médio, o país tenderia a colocar sua produção em termos internacionais, baseando-se nos padrões de produtividade dos outros países.

Assim sendo, o marxismo ortodoxo, por não poder prescindir do mercado em termos de comparação dos valores, haja visto que coloca como central a produção desses valores em seu modelo teórico, não pode prescindir da produção de mercadorias, haja visto que, para essa visão, o mercado é onde esses valores se relacionam, ou seja, tornam-se sociais. E no afã de expandir o planejamento fabril como ferramenta e espaço de superação do capitalismo, não se atentam ao fato de que esse planejamento está diretamente ligado não à produção de necessidades, mas sim à capacidade de trocá-las.

Em terceiro lugar, pode-se colocar a dimensão da alienação em termos da alienação do trabalhador sobre *si mesmo*. Meszáros (2011) argumenta que:

“Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma *mercadoria* que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das *relações e troca* dominantes, os próprios obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso.” (MESZÁROS, 2011:621-622)

Portanto, o trabalhador, para garantir sua reprodutibilidade, adentra, a partir da venda de sua mercadoria, a força de trabalho, o processo produtivo. Quando recebe um salário, esse trabalhador está separado de sua capacidade produtiva; essa última está sob a circunscrição do

organizador do processo de trabalho. Durante aquele espaço de tempo, conhecido como jornada de trabalho, esse ser humano individual é separado do que o torna humano: sua capacidade de trabalho, pois essa não está a seu serviço, mas sim, adquirida por outrem. Portanto ao vender sua força de trabalho deixa de ser humano, *reifica-se*. Torna-se uma mercadoria.

As relações sociais de produção designam, em que momento o trabalhador, em sua relação com o mercado de trabalho, pode ser ou não humano, no sentido pleno da palavra: prescindir-se do que o torna ontologicamente humano, sua capacidade de agir sobre a natureza, pois essa capacidade está formalmente subsumida ao seu contrato de trabalho e socialmente submetidas as relações sociais do capital. Nos regimes ‘pós-revolucionários’ como explica Meszáros (2011), a lógica dessa dominação mantém-se, mesmo com o controle mais rígido sobre o mercado de trabalho. O trabalho como mercadoria, como fator de produção requerido, cumpre os mesmos ritos formais, sociais, produtivos e organizacionais. Dessa forma:

“o ‘*poder do Estado*’ organiza em nível nacional a produção em larga escala nas terras e nas empresas *do Estado*, *distribui a força de trabalho* entre os vários ramos da economia e as várias empresas e *distribui* entre o *povo trabalhador* grandes quantidades de artigos de consumo *pertencentes ao Estado*”. MESZÁROS, 2011:739

A alienação do trabalhador em relação a si mesmo dentro das sociedades pós-capitalistas dominadas pelo capital mantivera-se intacta, onde o trabalhador em seu espaço de trabalho estava submetido à mesma lógica, ao mesmo modelo de relação, de um lado ou de outro do Muro.

A quarta dimensão, por ampla e abstrata, é causa e ao mesmo tempo é efeito das demais. Trata-se de como a lógica capitalista distancia cada indivíduo da humanidade, do controle sobre sua relação com os demais seres humanos e os outros aspectos de sua vida, ou seja, como a lógica do capital acaba perpassando os demais espaços sociais de maneira a tornar-se incontrolável enquanto desenvolve-se como sistema sócio-metabólico. Segundo Polanyi (1980):

“Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas de existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.” POLANYI, 1980:167

Pois, conforme abordamos, ao separar a capacidade de agir do ser humano, seu trabalho afasta-o do que o perpassa como indivíduo e assim desconstrói, ou destitui cada um de seu pertencimento a humanidade. Ao ser alienado de sua própria força de trabalho, além de perder

o que o descreve, perde também o que lhe conecta aos outros. Perde o controle da totalidade social.

Esse afastamento da humanidade gera um afastamento também no controle das diversas outras atividades da vida: ao assumirmo-nos apenas como indivíduos perdemos nosso caráter de coletivo. Como Novaes (2011) coloca:

“Até onde sabemos, o tema da alienação continua atual neste início de século 21 e seus sintomas podem ser vistos na insatisfação, nas doenças e na depressão gerada pelo trabalho alienante, na solidão no meio da multidão das grandes cidades, na arte, na literatura etc.” NOVAES in. NOVAES, 2011:34

Ou seja, a separação imposta pela alienação compete as diversas dimensões da vida: ao se materializar objetivamente na força de trabalho, transforma o trabalhador em sua subjetividade. Ao espriar a dinâmica da produção de mercadorias para todas as dimensões da vida humana há uma imposição para que a lógica de mercado e do capital como relação social em suas diferentes determinações coordene todas as relações sociais.

Temos então um modelo interpretativo baseado no marxismo das forças produtivas que mantém, em grandes linhas, tanto a relação de classe entre possuidores e despossuídos, nas diferentes modalidades de capitalismo como, derivadas disso, as relações sociais de produção em termos de produção de valor – extirpação de excedente (ou mais-valia) - e suas consequências em termos de empoderamento efetivo da classe trabalhadora como agente de sua própria história.

Pode-se encarar então o modelo proposto pelo marxismo das relações de produção como uma forma alternativa e, em certo aspecto, antagônica a esse modelo de participação política e organização econômica burocratizada. Conforme explicitado, o foco da análise do marxismo das relações de produção centra-se na relação direta entre capital e trabalho, ou seja, como essa relação vai moldando, ao longo do tempo os diversos aspectos da sociedade. Nesses termos buscaremos ampliar a análise do marxismo das relações de produção, investigando e em que termos ele pode contribuir para uma análise da economia solidária.

### **3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E ALIENAÇÃO**

#### **3.1 AUTOGESTÃO COMO FERRAMENTA DE LUTA DOS TRABALHADORES**

O capitalismo, como sistema global, é permeado de contradições. Desde seu desenvolvimento como sistema global, apresenta-se de maneira antitética; tanto no sentido de seus avanços e retrocessos materiais e a irrupção de crises econômicas como na incapacidade de gerar condições materiais de sobrevivência para toda a população.

Esse modo de produção calca-se em três premissas básicas de funcionamento: a propriedade privada, a hierarquia social e o assalariamento. Ou seja, necessita, por sua própria condição, de que existam possuidores e despossuídos em termos de acesso a mercadorias e ao próprio capital físico produtivo, os meios de produção. Em termos mais concretos, torna-se aparente a acumulação ampliada, onde um capitalista pode adquirir (a partir de expensas próprias ou via crédito) máquinas, equipamentos e insumos para produção e contratar trabalhadores que operem esse processo e organizá-lo de maneira que o produto final desse processo de trabalho seja, em termos de valor, maior que o valor inicial.

Para que essa atuação empresarial seja efetiva, devem haver garantias, por parte do Estado, de que essa produção seja de propriedade de quem tem capacidade de mobilizá-la em termos materiais. Cria-se uma relação onde o indivíduo que possui a capacidade de adquirir esses insumos para a produção pode, sob aval do Estado, usufruí-los como lhe convier. Conforme observado no capítulo anterior, não apenas as sociedades capitalistas liberais possuem essa característica, mas também as nações que optaram, de alguma maneira, por outras formas de organização, como o planejamento central, onde a tarefa de organização da produção e mobilização de recursos cabia a entidades estatais: eram esses entes que faziam às vezes de patrões, personificavam o capital dentro das relações produtivas nesses países. Mas possuindo um caráter essencialmente diferente, devido à propriedade estatal dos meios produtivos, o que demandou uma nova arquitetura jurídico-institucional.

A outros que não possuem a capacidade de mobilizar esses valores acumulados ao longo do tempo, cabe-lhes a venda de sua força de trabalho, ou seja de sua capacidade de agregar valor dentro do processo produtivo, à camada dos possuidores, de maneira a receber certa quantidade de moeda, ou salário, que lhe garanta certo nível de consumo na tentativa da reprodução de sua própria existência. Esse padrão esquemático se aprofunda e transforma-se ao longo do tempo, compondo um sistema sociometabólico, onde os arranjos e articulações

entre as classes dominantes, ora intitulados capitalistas e gestores, formam um todo organizado para a expropriação da mais-valia produzida, ou seja, do valor agregado, em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, pelos trabalhadores ao produto final.

Desde que esse modelo de relação passou a ser dominante, os trabalhadores incorriam em diversas formas de resistência a esse processo. Com a Revolução Industrial que acelerou e aprofundou o processo de exploração capitalista, a organização dos trabalhadores passou a adquirir um novo caráter questionador. Hobsbawn (2007) demonstra amplamente, ao longo de suas diversas obras, as alternativas de organização política levada a cabo por parte dos trabalhadores e sua inevitabilidade perante as imposições do desenvolvimento capitalista:

“A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, especialmente o proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível como virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranquilidade revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência direta.” (HOBSBAWN, 2007:285)

Cada vez mais ficava claro aos trabalhadores as consequências do aprofundamento do capitalismo no mundo, principalmente na Europa. Dentre essas consequências verifica-se principalmente o assalariamento como opção última (e única) para os trabalhadores, cada vez mais rendidos frente “ao avanço impiedoso da máquina e do mercado.” Isso gerou uma grande dependência dos trabalhadores ao esquema de emprego e os apartava cada vez mais do controle de suas ferramentas e dos processos produtivos como um todo. Outro ponto ressaltado pelo autor inglês consiste na redução das formas de trabalho pré-industriais que reforçam o caráter de alienação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e à perda de independência, nesse sentido (HOBSBAWN, 2007:289).

Além do assalariamento como base de relação social e econômica, a rígida subordinação hierárquica era a base da organização do espaço de produção. Segundo Hobsbawn o trabalhador, enquanto indivíduo:

“não era livre, encontrava-se sob rígido controle e a disciplina ainda mais rígida imposta pelo patrão ou por seus supervisores, contra quem realmente não tinham quaisquer recursos legais e só alguns rudimentos de proteção pública.” (HOBSBAWN, 2007:289-290)

Esse imperativo sistêmico foi canalizado e organizado por parte dos trabalhadores dando origem a diversas ferramentas utilizadas pelos mesmos para criticar, reivindicar melhores condições de trabalho e salário frente a carestia generalizada devido as grandes ondas de fome

na Europa Ocidental ocorridas nessa época. “Campanhas políticas através de panfletos, reuniões, manifestações públicas e, onde necessário, motins e insurreições” davam o tom das ações de “organização e atividade do 'movimento' – o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação”. (HOBSBAWN, 2007:291-294)

Dentre esses diversos tipos de movimentos poderiam ser citados os luditas, que a partir de técnicas de sabotagem e destruição ativa das máquinas dentro das fábricas, abriram alas para diversos tipos de organizações, como, sindicatos, confederações, etc., que apresentavam resistência e passaram a ser alternativas políticas em busca de melhorias salariais e de condições de trabalho e cooperativas, que se pretendiam colocar como alternativas econômico-práticas ao acesso de bens de primeira necessidade. Ou ainda o movimento Cartista, que reivindicava maior participação dos trabalhadores nas decisões políticas e regulamentação do trabalho, conquistando diversos direitos para os trabalhadores, como jornadas de trabalho limitadas a 10 horas.(HOBSBAWN, 2007:292-296).

Esse ambiente, onde a classe trabalhadora despertava para um processo coletivo de tomada de consciência que, apesar de incipiente (táticas jacobinas misturadas à carestia de vida, segundo Hobsbawn, 2007) já indicava a necessidade de travar intensas batalhas com o *status quo*, e então surgem diversas experiências de associativismo e cooperativismo. Todo esse movimento era calcado numa espécie de antítese ao padrão de comportamento e ação econômica da burguesia: cooperação contra a concorrência, coletividade contra o individualismo. Assim, conforme Hobsbawn (2007):

“Os proletários não se mantinham unidos pelo simples fato de serem pobres e estarem no mesmo lugar, mas pelo fato de que trabalhar junto e em grande número, colaborando uns com os outros numa mesma tarefa e apoiando-se mutuamente constituía sua própria vida. A solidariedade inquebrantável era sua única arma, pois somente assim eles poderiam demonstrar seu modesto mas decisivo ser coletivo.” (HOBSBAWN, 2007:295)

Essa movimentação, ou as diversas experiências que se derivaram desse processo de luta e a partir de pensadores como Saint-Simon, Fourier e Owen, foram identificados com o que se convencionou chamar de “Socialismo utópico”. Bottomore (2001) define-o na seguinte forma:

“foi a qualificação da categoria 'socialismo utópico' em termos marxistas que mais influenciou a imagem subsequente do 'socialismo' dese período. Essa qualificação delineou-se na crítica que se faz ao 'socialismo utópico crítico' no *Manifesto Comunista* [...] e consolidou-se na historiografia socialista posterior, a partir da obra *Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Engels.” (BOTTOMORE, 2001:340-341)

O caráter utópico descrito se baseia na leitura de que esses processos políticos ainda não continham a ideia da classe trabalhadora, os proletários, como massa crítica impulsionadora do processo de transformação, into é, não estavam plenamente amalgamados na teoria da luta de classes. Porém, ao mesmo tempo, é flagrante a capacidade de criticar o sistema posto e estender um diálogo entre o plano político e econômico, no sentido de uma maior democracia nos espaços políticos e organização da luta por direitos, construindo uma dimensão prática da luta de classes.

Baseados nessas concepções, surgem iniciativas diversas, não só no plano político, mas também no campo produtivo e econômico. Um caso, tratado como emblemático pela literatura, refere-se aos “Pioneiros Equitativos de Rochdale”<sup>2</sup> onde 28 tecelões organizaram-se para adquirir produtos de maneira coletiva, buscando diminuir seus custos individuais e ter acesso a bens de melhor qualidade. Nesse processo, os pioneiros constituíram seus princípios que, em certo aspecto, mantêm-se na economia solidária e em outros movimentos associativos. Esse caso é, como os anteriores, uma busca por alternativas de organização política dos trabalhadores, tanto em termos de resistência à carestia imposta pelo sistema capitalista, principalmente em momentos de crise, como na busca de propostas alternativas ao sistema dado.

Poderíamos descrever, a partir do lançamento do já citado *Manifesto Comunista*, diversos movimentos de cunho político no sentido da organização dos trabalhadores sob novas formas e que buscam uma sociedade que superasse a cisão de classes, na segunda etapa do século XIX. Apenas a título de exemplo do período que se segue, traremos a Comuna de Paris, movimento político ocorrido no ano de 1871, e alguns pontos acerca de seus fundamentos.

O avanço do processo da Revolução Industrial não trouxe benefícios maiores aos trabalhadores, mas a densidade de sua organização se avolumava e a produção teórica e as diversas lutas travadas eram consequências disso. Também o aumento da pobreza em descompasso com o aumento da produtividade, ampliava as contradições e as tornavam aparentes. Andrioli (2006) caracteriza assim a conjuntura do processo:

“A cidade de Paris já era, na época, o centro do poder governamental francês e o maior núcleo de operários, tendo presenciado muitas vítimas desde o golpe de Estado de 1851, que havia colocado a França sob a dominação do regime napoleônico. O período, portanto, era de muita instabilidade e o “perigo” de uma revolução social era fortemente caracterizado pela onda de greves, que se estendiam de 1867 a 1870. Em

---

<sup>2</sup>HOLYOAKE. Os 28 tecelões de Rochdale *apud* PEREIRA, J. Elos e Correntes... pp.75

1870, com a declaração de guerra contra a Prússia e a derrota logo um mês após, a população ocupou a Câmara Municipal, exigindo o fim do regime.”  
ANDRIOLI, 2006

Assim, a partir desse rompante, buscou-se instaurar um governo operário, constituído por conselhos de representantes eleitos e que podiam ter seus mandatos revogados a qualquer tempo visando maior articulação entre o caráter consultivo e legislativo e não apenas a constituição de um novo parlamento (MARX in PINHEIRO e MARTORANO, 2013:53).

Fica claro, portanto, como os trabalhadores franceses, nesse momento, buscam uma opção política com o maior acesso possível às deliberações e às informações além de uma nova distribuição econômica em que todos os trabalhadores passaram a ser remunerados como um salário de operário, independente do cargo que ocupavam. Também ocorreu um processo expansivo de desapropriação dos meios de produção e a sua colocação à disposição dos trabalhadores para produção. A lógica diferenciada do processo de construção do poder popular é refletida também nos setores produtivos, através de uma nova articulação dentro dos espaços de trabalho, uma nova forma de produzir.

Por óbvio a Comuna de Paris foi um dos processos mais controversos e discutidos na historiografia, sendo objeto de diversos estudos de autores clássicos e contemporâneos. O objetivo, com essa breve discussão, é apresentar dentro dos processos políticos, a manutenção de uma ideia de horizontalidade que advém da luta política e dialoga com novos processos de produção e reprodução dos trabalhadores. Essa experiência incentivou acalorados debates entre os trabalhadores e militantes socialistas e anarquistas.

Esse tipo de movimento, caracterizado pela busca por maior democracia na tomada de decisão política e econômica manteve-se mesmo durante o período de ascenso de forças políticas com origem nítida na classe trabalhadora que resultaram na construção do chamado socialismo real, ou, mais precisamente, das sociedades pós-capitalistas dominadas pelo capital. Com o passar do tempo, as experiências de uma maior horizontalidade no processo produtivo e na tomada de decisão política se multiplicam em diversos países, tanto no capitalismo ocidental, como nos países da esfera de transição pós-capitalista.

Mesmo antes da Revolução Russa os debates acerca da transição econômica eram fortemente calcados na questão política e refletiam as análises internas dos partidos comunistas e suas táticas. Parte desse debate redundou nas divergências teóricas que foram explanadas no primeiro capítulo, entre marxismo ortodoxo e heterodoxo, em um sentido de método de ação e de diferentes perspectivas de análise. Por ora, descrever-se-á parte das

divergências em um sentido mais amplo de organização econômica e como isso se refletiu na onda de lutas do início do século XX.

Com a vitória bolchevique, uma diversidade de políticas foram levadas a cabo pelos gestores, com o intuito de estruturar uma reorganização econômica e produtiva. Ossinki (2013) caracteriza assim o Conselho Superior da Economia Nacional onde

“a principal causa de suas fraquezas [...] consiste no fato de que ele está separado do interior, de que ele não tem órgãos locais e não delega seu trabalho a eles. Ele foi (e ainda é) um puro grêmio na cúpula: nele participam representantes dos centros sindicais de toda a Rússia, quer dizer, a burocracia sindical, que também entre nós conseguiu se separar dos trabalhadores, e os representantes das autoridades. Não há representantes das organizações econômicas locais, não há nenhuma ligação com elas, não há nenhuma instrução para elas. E por esses motivos o Conselho [...] levita no ar, isolado das forças e necessidades locais, e por isso ele transforma-se cada vez mais em um gabinete de despachos.” (OSSINKI in PINHEIRO e MARTORANO, 2013:193)

Construiu-se assim uma lógica de planejamento em termos de metas e da aplicação, por parte dos gestores, de métodos de ampliação da produção de excedente em termos de produtividade – estacanovismo - e sua alocação conforme decisões de uma cúpula cada vez mais burocratizada. Viana (1993), em outros termos, coloca que:

“Os bolcheviques, com o Golpe de Estado de outubro, assumem o poder do Estado e a partir disto a dualidade de poderes começa a se resolver em favor do "Estado burguês mas sem burguesia" de Lênin. Os bolcheviques no poder pregam a "gestão individual das empresas", a implantação do Taylorismo (método tipicamente capitalista de gestão nas fábricas), a militarização dos sindicatos e, além disso, esvaziam os sovietes implantando a ditadura do partido” (VIANA,1993)

Essas condições levaram os trabalhadores a diversas experiências de resistência ao regime soviético, por conta da personificação das relações do capital na figura mediadora do Estado e conseqüentemente, dos gestores. Buscavam um sentido de oposição não a ideia geral de tomada de poder pelos trabalhadores, mas em seu conteúdo, no efetivo empoderamento das massas, principalmente na questão econômica e de organização produtiva. Assim essa resistência política era articulada sempre com, ou estava na busca de, processos econômicos diferenciados em sua organização.

Houve diversas resistências dentro dos regimes pós-capitalistas. Um deles foi a Revolta de Kronstadt, onde os trabalhadores já estavam organizando-se em um processo mais amplo de repartição das ferramentas de trabalho e da terra, em articulação com soldados e outros funcionários do exército. Esse tipo de relação com os camponeses deu o tom da política

agrária na URSS:

“O bolchevismo realiza, através do exército vermelho, a contra-revolução na Ucrânia destruindo a coletivização camponesa lá realizada . Abole as frações dissidentes internas do partido como os "comunistas de esquerda", a "oposição operária" e os "centralistas democráticos"<sup>3</sup>. A insurreição de Kronstadt declarada pelos marinheiros pretendia reestabeler os soviets, como demonstra o *Izvestia* de Kronstadt de 6 de março de 1921: "Nossa causa é justa. Somos pelo poder do soviets e não dos partidos. Somos pela eleição livre dos representantes das massas trabalhadoras. Os soviets falsificados, monopolizados e manipulados pelo partido comunista sempre foram surdos às nossas necessidades e exigências; a única resposta que recebemos foi a bala assassina"<sup>4</sup>” (VIANA, 1993)

Notoriamente, o caso iugoslavo foi o mais relevante, pois teve reflexo em diversos outros países, como a Tchecoslováquia e a Polônia, além do caso húngaro, que observaremos com um pouco mais de atenção logo adiante. Na Iugoslávia buscou-se uma proposta mista onde a direção política era ligada a Moscou, mas buscou-se um regime de autogestão da produção, ou seja, houve uma descentralização da tomada decisão econômica, delegadas a instâncias de cada fábrica. Porém, segundo Kevenhörster (2013):

“Precondição para uma direção descentralizada é a delegação de funções dispositivas e de iniciativas, seguida da delegação de responsabilidade às referidas instâncias. Mas essa descentralização é limitada na Iugoslávia, pois importantes e numerosas decisões de política empresarial (formação de preços, política de investimentos) permanecem com o Estado”. (KEVENHÖRSTER in PINHEIRO e MARTORANO, 2013:236)

Assim, a experiência de autogestão fabril na Iugoslávia fica delimitada a esfera interna da empresa, não se expandindo como dimensão política mais ampla. Um agravante também exposto pelo autor, advém da não necessidade de controle direto, por parte dos gestores, das fábricas, devido a neutralização dos conselhos pelos militantes da Liga Comunista da Iugoslávia, que mesmo sendo poucos na população total, eram maioria nas comissões. (KEVENHÖRSTER in PINHEIRO e MARTORANO, 2013) Formalmente, em termos de uma nova dimensão institucional, a experiência iugoslava contribuiu para um avanço da autogestão, além de problematizar as concepções de organização produtivas reinantes, mas também representou a capacidade da burocracia de se instaurar entre os trabalhadores de maneira a coibir um processo mais ativo de tomada plena de decisão.

---

<sup>3</sup> Cf. Kollontai, Alexandra. A Oposição Operária. *In*: VIANA, N. O capitalismo de Estado Soviético, 1993.

<sup>4</sup> Cit. por: Arvon, Henri. A Revolta de Kronstadt. *In*: VIANA, N. O capitalismo de Estado Soviético, 1993

Houve também o processo revolucionário Húngaro onde os conselhos operários eram a ferramenta política de atuação e resistência contra os soviéticos, além de reivindicações no sentido econômico e social. Nesse ponto se destacava um programa onde, segundo, Anweiller (2013):

“A autoadministração operária das empresas era apenas uma parte de u programa abrangente, cujo centro era a reivindicação pela retirada das tropas soviéticas e por eleições democráticas livres. Ao mesmo tempo, numerosos conselhos operários nas empresas deram passos práticos na realização da “democracia fabril”, na medida em que eles, por exemplo, demitiam diretores e funcionários da direção e indicavam forças política internas para os seus postos.” (ANWEILLER in PINHEIRO e MARTORANO, 2013:204)

Esses exemplos, que são apenas ilustrativos, não visam esgotar as experiências de ampliação do processo revolucionário e seu aprofundamento democrático, tanto no sentido político como econômico. Diversas experiências se traduziram no genérico termo de greves selvagens, que ocorriam por fora dos sindicatos oficiais. Situação que não era diferente do lado ocidental da cortina de ferro, pois paralelamente a todos esses processos, o capitalismo do pós-guerra não passou incólume às tentativas dos trabalhadores de reivindicarem mais direitos e melhores salários, além de sua autonomia, em algum sentido à revelia dos sindicatos tradicionais, colocando em cheque as classes dominantes, capitalistas e gestores, aqui, articulados. Com a ascensão do estado de bem-estar social e uma cada vez maior articulação dos capitalistas com os gestores, a sociedade foi se moldando em termos fordistas: consumo de massas e produção em massa, de mercadorias e serviços, lazer e entretenimento. Essa finitude de uma sociedade sobre si mesma passou a gerar revolta nos estudantes franceses, em um primeiro momento, que viam-se cada vez mais sem espaço em uma sociedade que cada vez mais se homogeneizava.

A articulação posterior entre estudantes e trabalhadores e que levou às maiores greves da história recente da França, se deu nas bases da solidariedade direta, com os grandes sindicatos, ligados à linha moscovita, buscando impedir a relação entre esses setores, inclusive fisicamente. Porém essa articulação foi retomada e as palavras de ordem pela democracia e aliança operária-estudantil eram bradadas por diversos grupos políticos:

“Um grupo de trabalhadores da Renault escreveu um panfleto que dizia: ‘se queremos aumento salarial e melhores condições de trabalho, se não queremos ser constantemente ameaçados pelos patrões, então nós trabalhadores precisamos lutar por uma transformação estrutural na sociedade (...) Como trabalhadores, nós devemos nos esforçar para controlar o curso das nossas ações. Nossas reivindicações são similares a aquelas dos estudantes. Tanto a administração da indústria como a da universidade deveriam ser democraticamente controladas por aqueles que ali trabalham’.”

(ICFI, 2006)<sup>5</sup>

João Bernardo (2008) também ressalta essas propostas conjuntas, como um programa político geral dos mobilizados à época:

“destaco algumas passagens de um longo panfleto que o Movimento do 22 de Março dirigiu aos trabalhadores, intitulado *Votre Lutte Est la Notre!* e emitido a 24 de Maio: 'No ensino superior existem 10% de filhos de operários. Será que nós lutamos para aumentar este número [...]? Seria melhor, mas não é isso o mais importante.[...] Que um filho de operário possa tornar-se director, não é esse o nosso programa. Queremos suprimir a separação entre trabalhadores e operário dirigentes [sic].'

Depois de protestar contra as funções directivas que os licenciados<sup>6</sup> iriam desempenhar ao serviço do capital, o texto continua:

'Recusamo-nos a ser utilizados em benefício da classe dirigente. Queremos suprimir a separação entre trabalho de execução e trabalho de reflexão e de organização.

Queremos construir uma sociedade sem classes, e o sentido da vossa luta é o mesmo. [...] A forma da vossa luta oferece-nos, a nós estudantes, o modelo da actividade realmente socialista: a apropriação dos meios de produção e do poder de decisão pelos trabalhadores. A vossa luta e a nossa luta são convergentes.” (BERNARDO, 2008:10)

Havia, portanto, uma plataforma em comum, que recusava a dirigência dos processos produtivos, das fábricas e do campo, por uma classe dominante. Mais do que isso, os estudantes entenderam-se na posição de negar esse processo e assumir um compromisso de classe com os trabalhadores, onde se compreenderam como futuros proletários e se recusavam a consolidar e compor a classe gestora e a classe capitalista. Essa demanda não foi apenas política. Efetivamente processou-se um novo controle de preços e outros bens, além de diversas ocupações de fábricas. (WOODS, 2006)

Outro ponto a ser ressaltado, e cabe demonstrar isso, é a articulação entre as lutas, e “o que” e “quem” as impulsionava em ambos os lados do muro. Bernardo elucidada:

“Nesse dia 22 um panfleto convocando um debate para 29 de Março enunciava a seguinte ordem de trabalhos: “O capitalismo em 68 e as lutas operárias. Universidade e universidade crítica. A luta anti-imperialista. Os países de Leste e as lutas operárias e estudantis nestes países”. Estava assim preparado o pano de fundo do que iria ser a insurreição estudantil de Maio desse ano.” (BERNARDO, 2008:23)

Outro processo europeu que cabe ser ressaltado e que também demonstra essa articulação

---

<sup>5</sup> International Committee of the Fourth International. Encontrável em <http://www.wsws.org/pt/2006/mar2006/port-m31.shtml>

<sup>6</sup>Concluintes do Ensino Superior.

entre luta política e novas formas econômicas ou o caráter de expropriação dos expropriadores dessas lutas é a Revolução dos Cravos em Portugal. Conjunturalmente, segundo Faria (2012), houve três fatores que levaram ao golpe de 25 de abril de 1974: descontentamento das forças armadas por conta da difícil guerra colonial travada, crescente movimento político dos trabalhadores em termos de busca de direitos e aumentos salariais e a luta estudantil contra o regime fascista de Salazar (FARIA in SCHMIDT e NOVAES, 2012:80)

Esse processo crítico deu origem a um amplo processo de lutas autônomas, por fora dos eixos sindicais tradicionais, e que tinham como programa ou acabaram tendo, como fim, a deposição de direções autoritárias nos espaços de trabalho e ocupação de empresas pelos trabalhadores em seu sentido amplo: pelo auto-governo da produção. Houve eleições de comissões de trabalhadores, mas esses processos foram interrompidos, com o uso da força policial, diversas vezes. Mas mesmo assim, havia resistência por parte dos trabalhadores, inclusive na imprensa, até o fim do processo, com um novo golpe militar em 25 de novembro de 1975.

Segundo Faria (2012), do ponto de vista da gestão produtiva das empresas, os trabalhadores foram impelidos a dois caminhos: um da autogestão, colocar a empresa a funcionar com suas próprias forças devido ao perigo do desemprego ou um controle rígido das direções de fábrica o que gerou uma “dualidade de poder” nesses espaços. Sendo que, em ambos os modelos, havia uma grande articulação entre os diversos setores em suas reivindicações (FARIA in SCHMIDT e NOVAES, 2012:111-112)

Assim sendo, podemos assumir que a prática de uma organização autônoma dos trabalhadores ocorre em diversos momentos históricos, sendo que são uma constante, mesmo que minoritária, dentro dos processos mais emblemáticos de transformação social. Esse tipo de prática – a autogestão – é caracterizada por Nascimento (2004) como um processo em aberto, onde um conceito definitivo limitaria a amplitude de sua ação. Porém traz uma definição que remete ao supracitado caso português:

“Por exemplo, na longa conjuntura dos anos 60 e 70, marcada por lutas operárias pelo controle do processo de produção, uma Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa em maio de 1978, ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgida durante a Revolução dos Cravos (1974), assim foi definida a autogestão:

'A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e

democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos'." (NASCIMENTO, 2004)

Além disso o autor resgata diversas experiências históricas, algumas das quais já discutidas anteriormente e passa a construir um modelo mais amplo acerca da autogestão como prática social:

“Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.” (idem anterior)

Assim podemos colocar os processos autogestionários, conforme descrito nas diversas experiências mencionadas, como uma articulação, na verdade uma *rearticulação* entre o aspecto político e econômico, haja visto sua separação formal para termos disciplinares e escolásticos (o que pode ser claramente verificado nas grades curriculares dos cursos de economia, e seus manuais, ao redor do mundo). Ou seja, a organização horizontal dos produtores associados não se faz apenas no aspecto prático e imediato, pelas necessidades materiais de luta contra a carestia ou a falência que gera desemprego, mas também, como processo, é pedagógico, ensino-aprendizagem e se estende para as diversas dimensões, inclusive, a política.

Nesse sentido João Bernardo (1991) argumenta sobre a possibilidade de novas relações sociais surgirem a partir de um processo de solidariedade direta entre os trabalhadores. O autor argumenta que os trabalhadores só poderão criar novas relações sociais de produção através de uma ação coletiva e ativa, sendo essa capacidade ativa uma superação da atuação dos mediadores na relação dos trabalhadores, sejam eles os patrões ou os gestores – sindicais, estatais ou empresariais - das diversas matizes. Já o caráter coletivo advém da ideia de que novas relações não podem ser constituídas apenas de uma ação individual ou um conjunto de individualidades, pois o todo coletivo em ação supera a mera soma das partes e é nessa medida que o autor coloca a remodelagem de processos produtivos advindas de processos de resistência diária e luta no interior dos espaços de trabalho.(BERNARDO, 1991:316-322). Para esse autor:

“É impossível, portanto que uma luta rompa efetivamente com a disciplina capitalista sem ao mesmo tempo, no mesmo gesto, constituir um novo modo de relações sociais. [...] São as relações sociais novas então

surgidas que constituem o elemento de transição para um modo de produção futuro.” (BERNARDO, 1991:323)

É nesses termos que discutiremos a economia solidária no Brasil: como uma parcela da classe trabalhadora que busca de maneira ativa e coletiva a construção de novas relações sociais de produção, tendo a autogestão como preceito e, mesmo com suas limitações e contradições, visando a superação da sociedade de classes.

### 3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: VISÕES SOBRE AUTOGESTÃO

Vários processos de tentativa de emancipação dos trabalhadores ocorreram no Brasil mesmo antes do período caracterizado pela economia solidária, tanto no campo como na cidade. Nascimento (2010), a partir de diversas leituras, classifica a resistência de Palmares como um processo comunal, de construção de novas relações entre os trabalhadores oprimidos e explorados pela escravidão e que, nesse território, geriam coletivamente a terra e suas ferramentas de trabalho, além de repartir a produção em igualdade. Na verdade, esse autor busca elementos de autogestão em diversos povos, tanto indígenas como camponeses e aponta esses aspectos como formas resistência. Outro exemplo citado é a “Comuna de Canudos”, identificado como um dos maiores movimentos camponeses da história (NASCIMENTO, 2010).<sup>7</sup>

Em termos de experiências urbanas, Rodrigues (1988) coloca os diversos clubes de cultura e de divulgação das ideias de democracia direta – apesar de seu viés anarquista – também apresenta diversas experiências acerca de auto-organização, principalmente trazida pelos imigrantes europeus, principalmente italianos, e sua articulação com as diversas dimensões políticas no início do século, em termos de greves e outras contribuições na incipiente organização operária brasileira. Também alicerçado na questão da imigração, o cooperativismo de crédito, principalmente no sul do Brasil se desenvolveu em termos diferenciados (PEREIRA 2012:20).

A maioria dos autores analisando essas diferentes experiências, além de outras, coloca o reaparecimento da economia solidária, em termos mais específicos dentro de sua diversidade,

---

<sup>7</sup> Vídeo- aula disponível em: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/cw2203021/>

a partir dos anos 80, com o surgimento dos novos movimentos sociais e a partir da luta pela democratização do país, tanto política como econômica. Segundo Schiochet (2011):

“No Brasil, a Economia solidária ressurge na década de 80 como uma resposta dos trabalhadores à crise social provocada pela estagnação econômica e a reorganização do processo de acumulação capitalista. [...] Nesse sentido, a Economia Solidária pode ser caracterizada como uma resposta democrática dos movimentos sociais para uma 'nova questão social' assentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas ou avanços na institucionalização de direitos e a crescente impossibilidade de sua concretização em função do desemprego estrutural e da exclusão social decorrentes de um modelo econômico (Singer,2002).” (SCHIOCHET in BENINI et al., 2011:448)

Portanto, a Economia Solidária surge em termos de um contexto internacional de ascensão do neoliberalismo, um momento histórico de transformação, com o fim do socialismo real de um lado e a queda do modelo de bem-estar social de outro. As reformas foram aprofundadas com intuito de diminuir a intervenção estatal na economia e restringir o raio de ação das políticas públicas, além da imposição de ajustes macroeconômicos de grande no contexto da globalização, em especial a abertura dos mercados nacionais. Em oposição a esse modelo onde:

“As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência.” (BRASIL, MTE)<sup>8</sup>

A partir desse contexto, os trabalhadores buscam ferramentas de organização e resistência a esse processo e diversas iniciativas começam a surgir no campo da economia solidária e popular. Basicamente, esse modelo produtivo assenta-se em três premissas que, com o próprio amadurecimento da articulação política desse movimento, foram se ampliando. Primeiramente a autogestão produtiva, qual seja: a organização livre de trabalhadores, de maneira coletiva, para produção de bens ou serviços. Em segundo lugar, podemos destacar a propriedade coletiva, onde nenhuma pessoa individualmente possui a posse de determinado espaço ou ferramenta de produção, mas sim o coletivo organizado das mesmas. E por fim a distribuição eqüitativa da renda, uma busca por maior igualdade de remuneração dentro dos empreendimentos. Nesse sentido Cruz (2012) destaca a necessidade de um poder de decisão

---

<sup>8</sup> Encontrável no Sítio do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>

compartilhado entre todos e o conhecimento adequado de todas as etapas do processo, mesmo que as mesmas sejam executadas individualmente. (CRUZ, 2012:55)

De maneira descritiva, a economia solidária pode ser descrita da seguinte forma: a economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Definição essa dada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, espaço de organização política desse setor. Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável

Diversos autores buscaram sintetizar a economia solidária como conceito. Não nos aprofundaremos aqui na diferenciação exata de cada um dos teóricos que buscou isso, mas nos concentraremos nos que vislumbram a luta de classes como perspectiva de superação do capitalismo e não, como diz Schmidt (2013) no título de seu texto, aqueles que defendem uma “panaceia para o capitalismo pós-moderno”(SCHMIDT in SCHMIDT E NOVAES, 2013:15). Conforme o autor, não há um reconhecimento, por parte de alguns pensadores da economia solidária da mesma como um (ou parte de um) projeto classista e que, portanto, preconiza a ruptura com a classe dominante e, conseqüentemente, com o sistema capitalista dominante. Nesse grupo, incluiriam-se autores como Laville e França Filho, que, segundo Schmidt (2013), não consideram que a classe hegemônica dominante possui ferramentas estruturais e superestruturais para barrar um avanço paulatino e o crescimento da economia solidária (SCHMIDT in SCHMIDT E NOVAES, 2013:17).

Um dos precursores no debate mais crítico foi Paul Singer (2002) que esclarece a economia solidária como “modo de produção alternativo ao capitalismo”, uma espécie de meio termo, ou terceira via entre o “socialismo realmente existente” e o capitalismo liberal. Além disso, ao compreender a necessidade de competição no mercado e sua dimensão predatória, o autor não prescinde da forma Estado como ferramenta de regulação e garantia de direitos para que a distância entre “vencedores e perdedores” não se expanda, ou pelo contrário, se contraia. (SINGER,2002:17). As descrições do que seria a própria economia

solidária dialoga com essas proposições de Singer, que, como Secretário Nacional de Economia Solidária desde o início do Governo Lula, formulou e acompanhou a grande maioria das políticas públicas para esse setor nos últimos 10 anos. Para Schmidt (2013), estas políticas falham em larga margem pois “tanto o volume de recursos como as instituições oficiais, principalmente as de crédito, têm dado um apoio por demais mitigado a economia solidária” (SCHMIDT in SCHMIDT e NOVAES, 2013:18). Além disso, segundo Zamora (2012), a posição de Singer tem sido oscilante e tem se aproximado cada vez do primeiro grupo, que entende a economia solidária em termos de convivência pacífica com o mercado (e o sistema) capitalista (ZAMORA, 2012:33).

Em um terceiro grupo se encaixa uma parcela mais crítica, que confere a economia solidária além de um caráter microeconômico diferenciado, uma construção como movimento social, ou seja que além da auto-organização da produção deve construir-se como movimento político. Nesse sentido afastam-se dos outros autores, inclusive Singer, que consideram o mercado como a principal arena de disputa com o capital. Esses autores buscam abordar a autogestão em seu sentido pleno: como uma articulação entre as dimensões econômicas dos empreendimentos e a disputa política externa por uma sociedade sem classes e onde as relações sociais entre os trabalhadores se dêem de maneira direta, sem a intermediação de burgueses ou gestores estatais ou privados. Segundo Schmidt (2013), esse autores trazem diversos aportes, transitando entre uma perspectiva prática e teórica e que:

“abordam desde a natureza da autogestão na sociedade até as articulações necessárias da economia solidária com os movimentos sociais para que esta possa ter um papel determinante na transformação social, passando por aspectos mais pontuais que, no entanto, convergem com as questões mais gerais, como a tecnologia, relações com o desenvolvimento e meio ambiente, bem como as dificuldades da implementação de autogestão.” SCHMIDT in SCHMIDT e NOVAES, 2013:193

Assim, em um sentido amplo, a economia solidária se opõe ao modo de produção capitalista: propriedade coletiva através da cooperação, horizontalidade na tomada de decisão e divisão equânime dos rendimentos. Porém há uma dimensão plena de contato entre essas duas realidades, a saber, a necessidade de produção de mercadorias e sua realização através da mediação monetária no mercado. Esse ponto, conforme demonstrado pela classificação de Schmidt (2013), é nevrálgico para o entendimento da autogestão, mais especificamente da economia solidária, como parcela contribuinte na transformação da sociedade. Essa tensão permanente com o mercado que problematiza a capacidade da economia solidária emergir como parte de um movimento na construção efetiva de um modo de produção alternativo.

Além disso, poderíamos citar um último grupo que possui diversas críticas ao campo da economia solidária e que parte de um pressuposto teórico e metodológico do marxismo ortodoxo. Menezes (2007) descreve como segue a economia solidária, em sua perspectiva:

“enquanto uma modalidade de 'política social', que compõe o universo 'do terceiro setor', pudemos verificar que o referido projeto político é mais do que funcional à lógica de 'mundialização do capital'. O projeto político embutido no terceiro setor é a expressão de reprodução social na atual etapa do capitalismo marcado pela predominância do capitalismo parasitário financeiro combinado com o encolhimento e atomização da área produtiva.” (MENEZES, 2007:218)

Wellen (2010), da mesma forma, conclui nos seguintes termos sua crítica à economia solidária:

“Longe de fomentar uma organização política crítica ao sistema capitalista, ao centrar esforços na luta econômica, a economia solidária torna-se refém dos imperativos do mercado capitalista e, tal situação é agravada pelos conselhos de seus parceiros empresariais.” (WELLEN, 2012:416)

Primeiramente cabe ressaltar o caráter ortodoxo da crítica. Ela parte do pressuposto que o atual parâmetro das forças produtivas estabelece plenamente as relações de produção. Assim o atual estágio do capitalismo, financeirizado, é ele próprio o estágio máximo e ponto de inflexão do processo de desenvolvimento das novas forças, um condicionante. Portanto, não leva em consideração que os trabalhadores em ação ativa e coletiva podem vir a transformar essa realidade e que esses processos se dão em relação dialética na práxis dos trabalhadores. O sistema como tal é condicionante e condicionado pela capacidade dos trabalhadores de formularem novas relações de maneira direta e solidária. Não se estende muito nesta discussão aqui pois boa parcela dos argumentos foi posto no capítulo anterior, tanto em termos teórico como em suas consequências práticas.

Entendido o pressuposto, por certo as críticas dos autores são pertinentes. Porém ao tratarem a economia solidária como um conceito unívoco em torno dos textos de Singer e outros apologistas do mercado como arena única de enfrentamento ao capital, não leva em consideração as diversas críticas em outros termos por autores que atuam efetivamente disputando o campo da economia solidária, também baseados num preceito marxista e que, por óbvio contradizem Singer em diversos pontos.

Outra crítica bem posta pelos autores, enfatiza a lógica apenas econômica do conceito de economia solidária, ponto já discutido anteriormente e que revela a negação do conceito de autogestão como base política para uma construção socialista Mas ao levantarem a

problemática relação com o mercado, passam a entrar na seara que precisa ser abordada e será de agora em diante. Nesse sentido, buscaremos estabelecer relações entre essas críticas e suas contribuições mútuas para buscar entender a economia solidária em termos das relações que cria e seus tensionamentos.

### 3.3 MERCADO: FIM E IMPULSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Primeiramente, devemos atentar para o fato de que a economia solidária, enquanto uma diversidade de empreendimentos e enquanto movimento social, está plenamente inserida na lógica de mercado capitalista, mesmo proferindo críticas diversas a esse modelo de distribuição em teoria e prática. Portanto os empreendimentos produzem, por lógica, mercadorias que, em seu processo de realização na esfera da circulação, não podem ser diferenciadas de outras mercadorias equivalentes, em termos desse mesmo processo de distribuição. Conforme estabelecido no primeiro capítulo, é o capital, construindo o mercado com sua dimensão funcional, com maior ou menor planejamento, que torna tudo mercadoria ou passível de mercantilização. E é esse o espaço de atuação dos empreendimentos para realizar sua produção. Nesse sentido, para superar as empresas capitalistas na arena do mercado, os empreendimentos solidários podem apresentar duas alternativas: ou diferenciam seu produto e abrem um novo nicho, ou conseguem colocar preços mais baixos em seus produtos. Ou seja, lhes restam as opções de concorrer via preço ou via diferenciação de produto. Assim temos uma contradição em termos: ao mesmo tempo que buscam formas associativas que rompam com a lógica do assalariamento, os empreendimentos aprofundam-se na lógica do mercado e da concorrência, inclusive contra os outros empreendimentos da economia solidária.

Para Singer (2002) esse movimento comprovaria a economia solidária como modo de produção alternativo, pois os empreendimentos devem possuir capacidade de superar as empresas, que são parcela ainda hegemônica mas do modo de produção em vias de ser superado. Nesse sentido a concepção de Singer incorre na manutenção do conceito de produtividade em termos de maior número de mercadorias produzidas por unidade de trabalho como medida de desenvolvimento das forças produtivas. A economia solidária só superaria as empresas se fosse mais produtivas que elas, se se apropriasse de sua tecnologia. A mediação estatal, portanto, passa a ser necessária, pois o mercado, em suas diversas dimensões, estaria

processando e induzindo a distribuição, e nesse sentido, os gestores, burocratas e gerentes, seriam imprescindíveis. (SINGER,2002)

O primeiro ponto a ser discutido é o conceito de produtividade. Esse se assenta na maior funcionalidade possível ao capital que é a capacidade de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário. Nesse ponto, segundo Benini (2012), Meszáros argumenta que o capitalismo em crise estrutural se mantém em termos de níveis de acumulação, de crise de superprodução e de generalização do desperdício, utilizando-se de artifícios como obsolescência programada. Logo, o conceito de produtividade de bens não dialoga com a projeção de uma sociedade autogerida pelos trabalhadores. Neste caso, seria o controle coletivo sobre os meios de produção a efetiva medida de produtividade, onde seu resultado poderia ser mais tempo livre para os trabalhadores ao invés da “recompensa” do aumento da intensidade do trabalho (BENINI, 2012:26-27). O que está posto é que a incapacidade do trabalhador de gerir o seu próprio trabalho não gera benefícios para os trabalhadores a cada aumento de produtividade. A própria lógica exime os trabalhaodores dessa decisão.

Outro ponto a ser abordado é a relação entre essa produtividade e a tecnologia. Já observamos que boa parte das lutas de resistência dos trabalhadores são apropriadas, em termos de antecipação e de processo, pelos capitalistas nos ciclos de produção e apropriação da mais-valia relativa. Esse processo molda a dinâmica de produção, agregando a necessidade de mais capital para o controle dos trabalhadores e conseqüentemente adiciona a necessidade de aumento de produtividade para compensar os custos adicionais, conduzindo potencialmente à tendência geral de queda da taxa de lucro a partir da mudança da composição orgânica do capital. Esse ponto foi ilustrado por Dagnino e Novaes (2011) em texto onde comparam as propostas do modelo japonês com a autogestão da produção, frisando a apropriação do primeiro em termos das demandas dos trabalhadores, como a participação nas decisões e trabalho em equipe (NOVAES e DAGNINO in NOVAES, 2011:110). Essas categorias surgem de uma nova necessidade de controle dos trabalhadores e que, uma vez absorvida, sela um ciclo de aumento de produtividade.

Toda a tecnologia produzida dentro do modo de produção capitalista está impregnada com sua lógica de ressignificação hierárquica e despótica, além de suas cadências que em nada obedecem à dinâmica física dos trabalhadores, e portanto não são adequadas aos processos produtivos autogestionários. Assim a mera tomada dos meios de produção ou a superação do

atual modelo via aumento da produtividade, como querem Singer e outros autores, certamente demandaria uma aplicação cada vez maior de processos de controle e gestão, como de fato, se demandou nas experiências pós-capitalistas. Nesse ponto Novaes (2007) coloca a necessidade de uma adequação sócio-técnica das máquinas e equipamentos: social, pois precisa ser redirecionada para uma organização horizontal, completamente diferente do papel que cumpria anteriormente e técnica, pois a máquina deve ser gerida e controlada pelos trabalhadores, atendendo à sua cadência de trabalho e não ditando seu ritmo. Além disso, necessita-se que os trabalhadores também participem da concepção dos equipamentos que serão utilizados. Isso acarreta um novo modelo, inclusive de produção de tecnociência (NOVAES, 2007).

Em outro aspecto, o modelo de Singer (1998) busca a superação do processo de alienação em termos mais amplos, aliando-se nesse ponto à tradição marxista ortodoxa. Adota-se o mercado como meio de distribuição e transformação das produções individuais em produto social (SINGER, 1998). Assim, dando prosseguimento ao argumento, buscaremos aprofundar a crítica em termos mais diretos da alienação, superando o modelo proposto, e buscando entender, como as diferentes dimensões da alienação perpassam e operam na economia solidária, obviamente alicerçada na sua relação com o mercado.

A primeira dimensão da alienação, conforme explanado anteriormente consiste no apartamento dos produtores dos meios de produção através da propriedade privada individual, dos capitalistas e coletiva, dos gestores. Dessa forma podemos colocar que a economia solidária busca reconectar o “caracol à sua concha”, ou seja, os trabalhadores com suas ferramentas de trabalho, os meios de produção e a liberdade para alocá-los conforme o coletivo decidir. O próprio processo de obtenção desses meios de produção não se faz estritamente em termos de mercado: seja pressão política por projetos de fomento e financiamento ou apropriação direta, de massas falidas, por exemplo. Nesse sentido a autogestão é fundamental, tanto como processo político de obtenção, reconquista, por assim dizer, dos meios de produção como, no passo seguinte, possuir a capacidade para ordená-los e empreender a produção.

Um segundo ponto relaciona-se com o fruto de seu trabalho: as mercadorias. Ao obterem o controle coletivo dos meios de produção, os trabalhadores podem tomar para si as decisões econômicas fundamentais. Porém também são condicionados pela demanda, o que os faz colocar em permanente tensão com o mercado, reconhecendo-o como esfera exterior à prática

solidária mas, atuando também como um condicionante interno a tomada de decisão: uma variável importante a ser levada em conta. É nesse ponto que, de alguma forma opera a pedagogia da autogestão, pois é necessário o processo analítico coletivo para essa tomada de decisão.

Terceira dimensão: ao controlar seu processo de trabalho em articulado com os outros trabalhadores, ou seja, num vislumbrando relações sociais de produção diferenciadas, os trabalhadores passam a entender-se como sujeitos dentro do espaço de trabalho, pois também tomam as decisões e recebem, em termos de retiradas, a completude do fruto do seu trabalho e não apenas uma parcela deste a título de salário. Assim ao se superar a figura salário, podemos perceber que o trabalhador retoma para si sua força de trabalho que lhe estava alijada devido ao método de organização anterior, em termos prático e transacionada por determinado preço, em termos financeiros. E, em outros termos, subvertem a subsunção formal do trabalho: não possuem mais um contrato que impõe a obrigatoriedade do trabalho.

Na quarta dimensão, podemos destacar que ao entender o processo de mercado como antagônico ao processo de autogestão política acrescido da própria vivência coletiva em termos de processo econômico e político dentro do empreendimento, e também, enquanto movimento social, a autogestão permite o estabelecimento de uma nova visão sistêmica de como o trabalhador se vê em relação aos outros. Por passar a observar a prática concorrencial como predatória, passa a entender que é na prática coletiva que ela pode ser superada, e não de maneira individual. Nesse ponto Novaes (2011) é taxativo:

“Em germe, podemos observar, nos casos mais avançados a desalienação parcial do trabalho. No entanto estas experiências não conseguiram superar na prática todas as faces da alienação do trabalho [...] Em outras palavras, o fruto do trabalho das associações isoladas aparece como uma coisa estranha e independente dos produtores, ainda que eles tentem dominá-lo. O processo de trabalho na sua totalidade abrangente (‘cadeia de produção’). Continua nas mãos do capital, ainda que os trabalhadores dominem uma parcela muito pequena de algumas etapas do processo de trabalho. O trabalhador não é dono de si e não consegue alcançar sua genericidade, enquanto espécie humana, ainda que consiga em alguma medida - *in statu nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir de certo modo para a emancipação do ser humano.” (NOVAES in NOVAES, 2011:63)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luz dos processos históricos vividos pela classe trabalhadora cabe-nos avaliar qual rumo seguir. A discussão política e de seus pressupostos é fundamental, por isso a explanação acerca de como se articulam, em termos de análise, diferentes correntes e métodos sobre o mesmo tema. Nesses termos, podemos afirmar que não há uma interpretação unívoca dos fatos e teorias. As dimensões condicionantes da sociedade nos transpassam construindo nossos valores e nada podemos fazer para evitá-las, apenas escorar nossa teoria na relação direta com a prática dos trabalhadores em luta que, ao fim e ao cabo é a nossa forma de avaliação.

Nesse sentido apresentamos o marxismo heterodoxo como crítica epistêmica: contradizendo não só o capitalismo como modelo de sociedade, mas também apontando aspectos de sua evolução e desenvolvimento, nas diferentes esferas para buscar, em termos mais completos e complexos sua superação. Através da crítica direta e da crítica da crítica, por assim dizer, chegamos à dimensão maior do conflito: trabalhadores de um lado e capitalistas e gestores de outro.

Ao buscar o entendimento de como esse conflito é causa e motor do sistema capitalista, ou do complexo sociometabólico do capital, atingimos um ponto fundamental: nada pode ser como cá está e nem podemos prever, inexoravelmente, qualquer tipo de tendência, mas podemos buscar não repetir os erros do passado e não nos deixarmos levar a um processo concebido por e para a manutenção de uma classe dominante, seja *intelligentsia*, seja gestora ou capitalista estrita.

Também buscamos deixar claro as maneiras como a relação entre as classes molda e é moldada pelas forças produtivas, seja por seus condicionantes materiais e estruturais, seja pela superestruturas jurídicas, culturais e, por que não, científicas? Assim fomos buscando, numa avaliação por ora abstrata, entender como essas dimensões, em que pese principalmente a estrutura de mercado como lógica submetida e anabólica às relações do capital, influenciam a classe trabalhadora, tanto em termos diretos e concretos de perda de liberdade e alienação como em termos ideológicos nas quais apontam-se caminhos que nos fazem andar em círculos.

Isto posto, buscou-se trazer a lume experiências que, se duras em sua duração, são profundas e douradoras no sentimento e pensamento dos que ousaram desafiar o que está posto. Literalmente sem ficar 'em cima do Muro', trabalhadoras e trabalhadores mobilizaram-se em ambos os lados por mais espaços de participação política e decisão econômica,

recusando em grande medida os papéis dados: explorados e exploradores. Com o entendimento que são esses processos radicais, coletivos e ativos que tem o poder de transformar a sociedade, buscamos ampliar o debate acerca da análise, da economia solidária no Brasil. Tentar discutir se esse movimento efetivamente está buscando uma transformação da realidade que está inserido ou apenas a mitigação da pobreza, a manutenção de um exército permanente mobilizado para, em momentos de ascenso econômico, ser inundado com as benesses que só o auge da produção material humana pode prover.

As divergências surgem, mas nenhuma resposta é definitiva. O capital como relação fundamental não possibilita que, no contexto brasileiro, a economia solidária irradie-se como alternativa plena à hegemonia posta. Porém, cremos que fica claro que a autogestão como ferramenta no espaço de trabalho, viabiliza-se como possibilidade de superação do padrão hierárquico – inclusive podendo viabilizar um novo paradigma técnico e científico – e, no campo político permite a superação dos dirigismos e “mandonismos” típicos dos gestores e de intelectuais que intervêm nessas realidades. Além disso pode, sob diferentes temas, antever a promoção da desalienação dos trabalhadores pela suas próprias mãos, enquanto classe organizada, mesmo que, tudo isso ainda se projete no campo das possibilidades.

O mercado é e cria a própria contradição em si. Ao mesmo tempo que permite aos trabalhadores associados realizarem seu valor engastado em cada mercadoria produzida, submete-os e subjuga-os à sua lógica que é, acima de tudo, a lógica do modelo de relação dominante, o capital, e sua configuração para cada aspecto da dimensão humana, individual e coletiva: a alienação, ou, em outros termos, a mercantilização que a todos arrebatou, mais dia, menos dia.

Uma articulação, com outros movimentos sociais combativos poderia lograr alguma vitória mais consistente. É possível? A história mostrou que sim. É provável? Pouco. Em tempos de profunda gentrificação dos espaços urbanos e reforma agrária próxima do zero, os “de baixo” vem perdendo terreno, e a economia solidária inclui-se e realiza-se entre esses. Mesmo com todas as supracitadas características positivamente avaliadas numa visão crítica e que contém, em fase embrionária, uma perspectiva de transformação das bases sociometabólicas que compõe o sistema capitalista, a lógica fragmentada das experiências solidárias e autogestionárias certamente, em seu estado atual, não podem ser consideradas um perigo real para a lógica capitalista. Mas, efetivamente, hoje, quem o é?

## REFERÊNCIAS

- ANDRIOLI, A. I. 135 anos da comuna de paris: do “assalto ao céu” à revolução pela humanidade. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 59, 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/059/59andrioli.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2013
- ANWEILLER, O. Os conselhos na revolução húngara de 1956. *In*: Pinheiro, M. e Martorano L. C.(orgs.) **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, pp.201-11, 2013
- BENINI, E. A. **Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades**. São Paulo: Ícone, 2012.
- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.  
\_\_\_\_\_. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Revista Lutas Sociais**, nº 19/20. São Paulo: Midiograf Gráfica e Editora Ltda, 2008. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf\\_19\\_20/0.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/0.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2013.
- BORDIGA, A. O comunismo abstencionista no biênio vermelho (1919-1920) *In*: TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp.177 – 227, 1981
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Os avanços recentes da economia solidária no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm> Acesso em: 12 de novembro de 2013
- CRUZ, A. **A acumulação solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital**. *In*: Revista Cooperativismo & Desarrollo, n.100., Bogotá: Editorial UCC, pp. 47-68, 2012.
- FARIA, M. S. A autogestão na revolução dos cravos (1974-1975) in SCHMIDT e NOVAES, H. **Economia solidária e transformação social**. Porto Alegre: UFRGS, pp.79-118, 2012.
- FREIRE, J. Os capitalistas do saber. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 63, 2006. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp\\_freire.htm](http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_freire.htm). Acesso em: 12 de novembro de 2013
- GORTER, H. Carta aberta ao companheiro Lênin (1920) in TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp.14-74
- HOBSBAWN, E. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.  
\_\_\_\_\_. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das letras, 2007
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento (fragmentos)**. Disponível

em:[http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ\\_esp/fil\\_dialetica\\_esclarec.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf)  
Acesso em: 13 de novembro de 2013

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. Disponível em:  
[http://www.forum.fequimfar.org.br/Anexos/admiravel\\_mundo\\_novo.pdf](http://www.forum.fequimfar.org.br/Anexos/admiravel_mundo_novo.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2013.

International Committee of the Fourth International. **França maio-junho de 68 e hoje**. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2006/mar2006/port-m31.shtml> Acesso em: 12 de novembro de 2013.

KAVENHÖRSTER, K. Entre estatismo e autogestão: administração e trabalhadores nas empresas iugoslavas (fragmentos) *In*: Pinheiro, M. e Martorano L. C. **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 231-47, 2013

LÊNIN, V. I. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. Disponível em:  
<http://pcb.org.br/portal/docs/esquerdismo.pdf> Acesso em: 12 de novembro de 2012.

MARX, K. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política**. Disponível em:  
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm> Acesso em: 12 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital** vol.1. São Paulo: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. e ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Disponível em:  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acesso em: 12 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. A guerra civil na França (fragmentos). *In*: Pinheiro, M. e Martorano L. C.(orgs.) **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 49-58, 2013.

MAKHAISKI, J. W. O socialismo de estado (1900) *In*: TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp. 84-95, 1981.

MAKHAISKI, J. W. A ciência socialista, nova religião dos intelectuais (1905) *In*: TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp. 96-108, 1981.

\_\_\_\_\_. A conspiração operária (1908) *In*: TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp. 109-139, 1981.

\_\_\_\_\_. A revolução operária (1920) *In*: TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, pp. 140-170, 1981.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e o “novo cooperativismo”**. Disponível em:

[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog\\_autogesta\\_ocooperativismo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogesta_ocooperativismo.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **A comuna de palmares**. Disponível em:  
<http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/cw2203021/> Acesso em 12 de novembro de 2013.  
NOVAES, H. **O fetiche da tecnologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Qual autogestão? *In*: NOVAES, H.(org) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 67-94, 2011.

\_\_\_\_\_. e DAGNINO, R. A participação do trabalhador na fábrica. *In*: NOVAES(org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 95-116, 2011.

ORWELL, G. **1984**. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_george\\_orwell\\_1984.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_george_orwell_1984.pdf) . Acesso em: 12 de novembro de 2013.

OSSINKI, N. Sobre a construção do socialismo (fragmentos). *In*: Pinheiro, M. e Martorano L. **C. Teoria e prática dos conselhos operários**.. São Paulo: Expressão Popular, pp. 193-6, 2013

PANNEKOEK, A. Os Conselhos Operários. Disponível em:  
<<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/conselhos.htm>> Acesso em: 12 de novembro de 2013.

PANNEKOEK, A. Tarefas dos Conselhos Operários. Disponível em:  
<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/ano/tarefas/index.htm> Acesso em: 12 de novembro de 2013.

PEREIRA, J. **Elos e correntes: a história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902 – 1930)**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RODRIGUES, C. **Os Libertários**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas em economia solidária, breve história e desafios. *In*:

NOVAES et. al. **Gestão pública e sociedade**. Vol. 2. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SCHMIDT, C. A economia solidária: panaceia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo. *In*: SCHMIDT e NOVAES, H.(orgs.) **Economia solidária e transformação social**. Porto Alegre: UFRGS, 2013

SINGER P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma Utopia Militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAGTEMBERG, M. in TRAGTEMBERG, M.(org.), **Marxismo Heterodoxo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981

\_\_\_\_\_. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006

VIANA, N. O marxismo autogestionário de Anton Pannekoek. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 48, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/048/48cviana.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2013

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo de Estado da URSS**. *Revista Ruptura*, ano 01, num. 01, 1993. Disponível em: <http://www.odialetico.xpg.com.br/Membros/nildo/capitalestado.htm> Acesso em: 12 de novembro de 2013

WELLEN, H. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOODS, A. **A revolução francesa de maio de 68**. Disponível em: <http://www.marxismo.org.br/?q=content/revolucao-francesa-de-maio-de-1968> Acesso em: 12 de novembro de 2012

ZAMORA, M. A. M. **Economia Solidária: autogestão e distribuição do excedente econômico**. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.